

## Riquezas bibliográficas: as origens da coleção de obras raras da Biblioteca da Câmara dos Deputados

Maria Cristina Rodrigues Silvestre

Aborda aspectos da criação e desenvolvimento do acervo da Biblioteca da Câmara dos Deputados, reconstituindo o histórico de sua formação. Tal propósito permitiu investigar se a coleção hoje intitulada como rara foi originária da Real Biblioteca portuguesa – atual Fundação Biblioteca Nacional brasileira (FBN). Foram destacados os nomes de personalidades que contribuíram para a formação da biblioteca como um todo e, especialmente, das obras raras, além de apurar se as obras foram incorporadas por meio de doação de indivíduos ou instituições, ou mediante compra ou intercâmbio.

**Palavras-chave:** Câmara dos Deputados – Biblioteca – História. Obras raras – Coleção – Origem.

## Bibliographical richness: The origins of the rare work collection of the library of the Chamber of Deputies

The article rebuild the historical formation of the book collection of the Library of the Chamber of Deputies, to address some aspects of its foundation and expansion. This approach will enable understanding of whether or not the rare books collection was originated from the Portuguese Royal Library – current Brazilian National Library Foundation (BNLF). Special emphasis were assigned to personalities who contributed to the enlargement of the overall collection, especially for the rare ones, and establish how the rare books collection was created, by purchase, by donations or by exchange from individuals or institutions.

**Keywords:** Chamber of Deputies (Brazil)– Library – History. Rare books collection – Origin.

Formada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB), fez duas pós-graduações *latu sensu*: em Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação e, em Biblioteconomia. Exerce o cargo de chefe da Seção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca da Câmara dos Deputados.

cristina.r.silvestre@gmail.com

*O livro pode conter muitos erros, podemos não concordar com as opiniões expendidas pelo autor, mas, ainda assim, ele conserva algo sagrado, algo divino, não com um tipo de respeito supersticioso, mas com o desejo de encontrar felicidade, de encontrar sabedoria. (Jorge Luis Borges<sup>1</sup>).*

## 1 INTRODUÇÃO

É possível observar o fascínio demonstrado pelo usuário ao ter em mãos uma obra rara. Sim, existem obras magníficas, dignas de apreciação, além de fontes instigantes de pesquisa.

No mundo contemporâneo, há uma supervalorização dos avanços das tecnologias de informação e de comunicação. É necessário ressaltar a importância da tecnologia, em virtude de seu impacto nas mais diversas esferas das relações sociais, seja no âmbito público ou privado. No tocante às bibliotecas, a partir da internet e da digitalização da informação, é notório afirmar que elas ampliaram significativamente o acesso, “raiz do destino de qualquer acervo.” (HERKENHOFF, 1996, p. 8).

Embora as bibliotecas tenham se beneficiado sobremaneira das tecnologias, no que se refere à gestão dos acervos, isso não intimidou a presença do livro impresso. Pelo contrário, as vendas cresceram significativamente. O Reino Unido é um excelente exemplo. Em 2010, 229 milhões de livros físicos foram comercializados, o que representou um aumento extraordinário de 41% em relação aos 162 milhões vendidos em 2001 (CAMPBELL, 2015, p. 15).

Com esse cenário, comprova-se a imutabilidade do valor do livro impresso, mormente o raro, visto que a “interação com o substituto digital nunca pode fornecer toda a gama de conhecimento que é alcançada ao se interagir com coleções físicas.” (DIRETRIZES..., 2015, p. 23).

A experiência pessoal de folhear uma obra rara, observando-se, obviamente, as regras de manuseio, é bastante gratificante. Ao acompanhar a evolução das técnicas de produção do livro, vivencia-se, de certo modo, o culto ao passado. É nesse sentido que Silva e Barros (2009, p. vii) definem o livro como “objeto de desejo dos homens por séculos e, ainda hoje, desperta interesse, curiosidade e cobiça quando [...] é

---

<sup>1</sup> Borges, Jorge Luis. O livro. In: CINCO visões pessoais. Brasília, Editora da UNB, 1985.

enquadrado na categoria de livro raro”. O valor desse tipo de documento é imensurável, visto ser “uma fonte viva para os pesquisadores” (RODRIGUES; RAMOS, 2011).

O artefato físico original raro guarda peculiaridades, como a encadernação de época, o tipo do papel, além da característica gráfica, das ilustrações e da estética. Não se restringe, entretanto, a esses aspectos de contemplação ou mero deleite, pois envolve a relevância do conteúdo. Os apreciadores, então, são levados a comungar da associação perfeita entre o belo e o conhecimento, uma parceria muito bem-sucedida.

Em linhas gerais, toda obra rara é entendida como aquela que carrega em si relevância histórica, cultural, artística, informativa e mercadológica ou alguma singularidade distinta como a autoria célebre, conteúdo polêmico, limite histórico ou aspecto bibliológico atribuídos a esse universo de registros, entre outros.

Rodrigues (2007) relata que, por meio do livro raro, é possível estudar a gênese das principais teorias dos saberes contemporâneos e que tipo de relação existia entre esses saberes e os intelectuais que os propuseram no contexto das sociedades da época.

Não se pode olvidar que uma obra rara “sempre terá valor considerável e meritório” (PINHEIRO, 2009, p. 36), sendo fundamental preservá-la, tendo em vista o legado que ela carrega ao “legitimar a importância de nossa memória histórica documental.” (VILELA *et al.*, 2012, p. xxxii).

É nesse contexto que a Biblioteca Pedro Aleixo, da Câmara dos Deputados, uma das mais antigas do País, incorporou ao seu acervo, ao longo dos anos, raridades de diferentes áreas do conhecimento, como Direito, Política, História e Literatura, abrangendo o período entre os séculos XVI e XX.

Recorrendo a medidas gerenciais e técnicas, seus gestores formaram e mantiveram uma coleção significativa, tanto em número quanto em conteúdo emblemático, composta de exemplares produzidos em diferentes nações. Atualmente o acervo reúne cerca de 4.600 obras preciosas, impressas e manuscritas, e 100 títulos de periódicos nacionais e estrangeiros.

A título de ilustração, cite-se a monumental *Encyclopédie*, de Denis Diderot e demais colaboradores, considerada símbolo cultural da França no século XVIII, com 17 tomos, todos da primeira edição. Também destaca-se a obra *Delectus florae et faunae brasiliensis* do naturalista tcheco Johan Christian Mikan, álbum de expressiva raridade,

impresso no ano de 1820. Trata-se de “um dos primeiros e mais belos livros sobre a flora e a fauna brasileira impressos no século XIX” (LAGO; SILVA, 2009, p. 234). Foi publicado em Viena, sob o patrocínio do Imperador Francisco I, e é um dos mais completos trabalhos desse tema, ricamente ilustrado em lâminas coloridas.

É inegável afirmar que as riquezas bibliográficas da Câmara dos Deputados, disponibilizadas às gerações presentes e futuras, contribuem para preservar e recuperar parte da memória bibliográfica da Nação. No entanto subsistem indagações. Como a Biblioteca da Câmara dos Deputados veio agregar os livros raros? Vieram como generosidade dos indivíduos ou instituições ou foram incorporados mediante compra ou intercâmbio? Não tendo sido encontrados estudos relevantes sobre a gênese dessa coleção de livros, o presente trabalho tem a pretensão de responder a tais perguntas.

Para atingir o objetivo geral de identificar as origens da coleção de obras raras, é necessário resgatar o histórico da formação da Biblioteca da Câmara dos Deputados. Além disso será investigado se o conjunto hoje intitulado *Obras Raras* foi originário da Real Biblioteca portuguesa – atual Fundação Biblioteca Nacional brasileira –, trazida de Portugal por D. João VI, e destacados os principais nomes de personalidades que porventura tenham contribuído para o desenvolvimento do acervo atual. Como surgiu e evoluiu até 1965, ano em que a Biblioteca transferiu-se para o edifício Anexo II da Câmara dos Deputados, no Palácio do Congresso, são questões que merecem ser aprofundadas.

Com esse intuito foram realizadas pesquisas nas publicações oficiais da Câmara dos Deputados, como os *Anais*, os *Diários do Congresso Nacional*, os relatórios e sinopses, bem como o *Livro do Centenário* e os dois catálogos de obras raras da Biblioteca da Câmara dos Deputados. O *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados* também foi objeto de consulta. Em seguida foi examinado o acervo total de obras raras, com a pretensão de arrolar dados referentes aos *ex libris*, carimbos – selos de propriedade – dedicatórias e autógrafos que auxiliassem a identificar se instituições ou particulares foram doadores. A busca inicia-se nos registros de 1823, quando dos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, estendendo-se até 1965, ano da abertura das novas instalações da biblioteca em Brasília. As comprovações advindas desse levantamento permitirão estabelecer parâmetros para o gerenciamento da coleção, com vistas a fortalecer sua identidade.

Se, conforme nos ensina Jorge Luis Borges (1982, p. 18), os livros “são impregnados de passado”, é imperativo compreender como eles passaram a integrar a coleção. O alcance desse propósito permitirá conhecer e divulgar elementos da história da criação do rico acervo da Biblioteca da Câmara dos Deputados.

## 2 A BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: HISTÓRICO

Este estudo aborda a história da Biblioteca desde a sua fundação, no Império do Brasil, até a fase republicana, encerrando-se em 1965. Nesse ano, a biblioteca transferiu-se para o edifício definitivo, o Anexo II da Câmara dos Deputados, no Palácio do Congresso Nacional, local que ocupa até os dias de hoje.

### 2.1 IMPÉRIO

Nos idos de 1826, na primeira legislatura da Câmara dos Deputados, *pari passu* discussões de repercussão nacional, ocorreram debates em Plenário no que tange ao seu funcionamento interno, como a apresentação de projeto de lei para a redação do *Diário da Câmara dos Deputados*, quando atribuíram as competências e os vencimentos dos taquígrafos. Inobserva-se, no entanto, por sua vez, deliberações relativas à biblioteca (MENDES, 1826, p. 99-100).

É necessário considerar os trabalhos da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, em 1823. De fato, na sessão do dia 10 de maio daquele ano, a Assembleia oficiou o governo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, com vistas a formular as ordens “afim de virem da livraria pública os livros que precisasse e pedisse a assembléa.” (MACHADO, 1874, p. 45).

José Bonifácio de Andrada e Silva, então Secretário de Estado dos Negócios do Império, expediu a seguinte resolução:

Illm. e Exm. Sr. – A Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brazil, tomando em consideração a necessidade que tem de livros para a conveniente illustração dos negócios que se tratão nas suas sessões, e querendo, por outra parte, poupar á fazenda nacional a despeza que faria na compra delles, ordenou-me que participasse a V. Ex. que muito conviria que da bibliotheca imperial viessem para a mesma assembléa os livros de que precisasse no decurso dos seus trabalhos, obtendo para isso V. Ex. de Sua Magestade Imperial a

necessária permissão, e fazendo expedir as convenientes ordens á referida bibliotheca. O que V. Ex. levará ao conhecimento de Sua Magestade Imperial. Deus guarde a V. Ex. Paço da assembleá, em 10 de maio de 1823. – José Joaquim Carneiro de Campos (BRASIL..., 1874, p. 46).

Sob a intervenção direta do ilustre José Bonifácio, em 23 de maio, é comunicada a licença de D. Pedro para o fornecimento de livros de que a Assembleia necessitasse no decurso de seus trabalhos. Por meio de indicação, é determinado que o “bibliothecario da dita bibliotheca, facilite os livros de jurisprudencia, ou ainda algum outro, que lhe forem exigidos por parte da mesma assembleá, concorrendo as clarezas e formalidades [...] estabelecidas naquella repartição.” (SILVA, 1874, p. 139).

A questão do empréstimo das obras foi dirimida por meio da Portaria 1ª, publicada no *Diário do Governo* em 4 de junho de 1823 (Anexo). A Biblioteca Imperial e Pública colocaria suas obras à disposição da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil (BRASIL..., 1823). Na verdade, tem-se, aqui, um aspecto interessante a ser observado, pois, embora sem acervo próprio, a Assembleia já gozava de um serviço de informação.

Diante disso, constata-se a importância dos livros, reconhecida pelo Poder Imperial, para o funcionamento do Poder Legislativo brasileiro, pois, na primeira Assembleia Constituinte realizada no País, houve a determinação expressa de D. Pedro I para que ficassem disponíveis, mediante empréstimo, o material bibliográfico, com a finalidade de servir à elaboração de leis.

Há registros de doações de publicações oferecidas à Assembleia do Império que eram direcionadas às comissões. O mês de agosto de 1823 exemplifica o procedimento em duas oportunidades. O deputado Nicolau Vergueiro ofereceu dois exemplares do *Esboço do systema político natural* “com algumas aplicações no Brasil”, de autoria anônima, desejando que os exemplares fossem enviados à Comissão de Constituição e à de Colonização, tendo sido recebida com “especial agrado” (VERGEIRO, 1823, p. 569). O deputado Cavalcanti D’Albuquerque doou um exemplar de *Memória sobre reformas das alfândegas do Brasil* endereçada às Comissões de Comércio e de Fazenda (BRASIL..., 1823, p. 584).

Em 25 de julho de 1864, na presidência de Tito Franco de Almeida, parecer da Mesa Diretora da Casa lamentava não haver biblioteca, o que restringia o Colegiado

de apreciar as matérias por falta de documentos, obrigando os parlamentares a se munirem de obras de suas coleções particulares. Ademais, ressaltava que a criação da biblioteca não implicaria aumento de gastos com folha de pessoal, já que seriam extintos dois cargos do mesmo nível. Ante o exposto, parecer da Mesa assim dispõe:

[...] Até hoje não tem a Camara dos Deputados um archivo regular, nem possui uma bibliotheca. É sabido que os membros das commissões não podem conferenciar na sala de seus trabalhos por falta até mesmo de documentos officiaes já publicados, e muitas vezes os deputados têm necessidade de trazerem de casa para as discussões volumes de leis e de obras rudimentares. Entretanto para crear-se o archivo e a bibliotheca não há necessidade de augmentar-se o pessoal existente.

[...] Há presentemente oito officiaes. A nova organização deve conservar seis, sendo um do archivo e bibliotheca, um empregado no trabalho das actas, um no da contabilidade e correspondência oficial e três no expediente restante.

Assim, pois, creando-se mesmo um archivo regular e uma bibliotheca, podem extinguir-se os dous lugares de officiaes.

[...] Paço da Camara dos Deputados, 25 de julho de 1864. Francisco José Furtado, presidente. – Tito Franco de Almeida, 1º secretario. – Pedro Luiz Pereira de Sousa, 2º secretario. – Henrique Limpo de Abreu, 3º secretario. – José Angelo Marcio da Silva, 4º secretario (REORGANISAÇÃO..., 1864, p. 282).

Com a finalidade de resolver o inconveniente, aprovou-se, sem debates, pelo mesmo parecer, disposição que autorizava a Mesa a adotar as providências para se criar uma biblioteca. Em 1864, o quadro funcional da Câmara dos Deputados se restringia a 17 empregados, sendo um deles o oficial do arquivo e biblioteca, que exercia o cargo de dirigente responsável pelas duas áreas (BRASIL..., 1871).

Observa-se que, se no princípio era possível manter reunidos o arquivo e a biblioteca, a “complicação das funções e a necessidade de especializar os órgãos prepostos ao seu desempenho” tornaram indispensável designar profissional que se dedicasse exclusivamente a cada um deles, de maneira a garantir o eficaz e perfeito funcionamento (OLIVEIRA, 1926, p. 552).

Realmente, em virtude da especialização dos cargos, eles adquirem personalidade específica, divorciando-se de uma competência comum, formalizando-se as funções inerentes a cada profissão. Assim, em 5 de julho de 1865, foram criados dois postos de ajudante de arquivista da Secretaria (OLIVEIRA, 1926, p. 580). Nesta mesma data, por ato da Presidência, José Maria Mafra Júnior foi nomeado para o cargo de bibliotecário, o qual passaria a receber “600\$ (seiscentos réis) de ordenado e 200\$ (duzentos réis) de gratificação” (HISTÓRICO..., 2016). Constata-se, ainda, que a criação dos cargos foi resultado não apenas da complexidade das atividades como do aumento dos trabalhos. O teor do parecer de 20 de abril de 1866, expedido durante a presidência do médico mineiro Camilo Maria Ferreira Armond, assinalava que o trabalho dos empregados da Secretaria da Câmara dos Deputados aumentaria sensivelmente com a fundação da biblioteca e do arquivo. Nesse contexto, conforme disposto no art. 223 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Comissão de Polícia determina que o arquivista seria o responsável pelo inventário de “todos os livros pertencentes á bibliotheca.” (BRASIL..., 1871).

Excetuando-se a fase da Constituinte republicana, quando funcionou no Cassino Fluminense, e a transferência provisória da sede para o palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, (LIVRO..., 1926, v. 2, p. 688), a Câmara exerceu suas funções de 1826 a 1914 no edifício da Cadeia Velha (FRANCO, 1976, p. 121). Neste local, onde foram abrigadas por aproximadamente 100 anos “as aspirações do Brasil político” (VIEIRA, 2003, p. 547), foi construído um pavimento exclusivamente destinado à acomodação do acervo bibliográfico pertencente à biblioteca (OLIVEIRA, 1926, p. 581).

Ainda que se tenha designado um arquivista, em 1866, para inventariar o acervo da biblioteca, não houve como comprovar se a determinação foi cumprida, face à não localização desse levantamento em publicações oficiais da Câmara dos Deputados. Somente a *Relação dos livros pertencentes à Bibliotheca da Camara dos Srs. Deputados*, editada em 1871, foi encontrada. Organizada, ainda que de maneira incipiente, o instrumento em questão ainda pretendia “evitar o descaminho dos livros.” (BRASIL..., 1874).

Essa relação foi publicada obedecendo à disposição do material bibliográfico constante em oito armários. Enquanto o último armário acondicionava jornais e livros, os outros eram destinados à guarda de obras monográficas, publicações seriadas e periódicos. Ao excluir o armário 4, formado por literatura cinzenta, oficial e incompleta,



e ignorar todas publicações seriadas, periódicos e jornais, foi levantado um acervo de 241 livros. Deste total, 65 obras foram incorporadas antes de 1869, enquanto 176 completavam a coleção em 1871 (BRASIL..., 1874).

Somente no ano de 1871 houve a inclusão no orçamento de verba para compra de livros. A quantia requerida à Secretaria dos Negócios do Império correspondia a 1:000\$000 (um conto de réis), tendo sido aumentada para 2:000\$000 (dois contos de réis), visando equiparar o valor fornecido ao Senado Federal. Com essa medida, tornou-se possível realizar, paulatinamente, a aquisição de obras de Direito, de Administração e História Constitucional de outros países (BRASIL..., 1874, p. 11).

No ano seguinte, foram acrescentadas 99 publicações, das quais 25 correspondem a livros, sendo o remanescente periódicos, literatura cinzenta e jornais. Desse montante, 3 obras de suas próprias autorias foram ofertadas pelo conselheiro Pereira da Silva, por Perdigão Malheiro e por Conrado Jacob Niemeyer (BRASIL..., 1874, p. 10). Trata-se de um dos primeiros registros de doação à Biblioteca.

A Biblioteca recebia, mas também doava obras. Existem registros de coleções completas dos *Anais da Câmara dos Deputados* enviadas ao parlamento americano e a algumas bibliotecas brasileiras. À biblioteca Campanhense foram ofertados 78 volumes, ao Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco e à biblioteca popular criada pelo bacharel Moreira Pinto, 63 volumes. A distribuição visava a “dar conhecimento ao paiz do modo como o parlamento encara e resolve suas mais palpitantes necessidades” (BRASIL..., 1874, p. 11). Ressalte-se que, em 1874, foram acrescentados os 78 tomos de Dalloz ao acervo, que, assim, alçou 1.400 volumes (BRASIL..., 1875).

As bibliotecas dos parlamentos estrangeiros, a título de reciprocidade, também faziam chegar seus anais, suprimindo-se a falta existente na Biblioteca:

Possue ella agora os da Republica Franceza desde os Estados Geraes ate 1821; os da Belgica (Camara e Senado) formando 72 volumes; os do parlamento de Hespanha contendo os diários das sessões de 1869-1873; alguns anos dos das Republicas do Chile, Uruguay e Perú; e diferentes publicações parlamentares da dos Estados-Unidos em 70 tomos, remetidos pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros (BRASIL..., 1876, p. 8).

Devido à aplicação anual da verba de 2:000\$000 (dois contos de réis) para incremento do acervo, a quantidade elevou-se para 1.672 volumes em 1875. Constata-se, nesse mesmo ano, certa hegemonia das línguas francesa e inglesa, resultado da influência da doutrina e da jurisprudência da França e dos Estados Unidos sobre o Brasil (BRASIL..., 1876). O acréscimo anual do acervo, embora contínuo, revelou-se, entretanto, modesto. A título de ilustração, entre 1877 e 1879 foram acrescentadas apenas 37 obras (BRASIL..., 1878; BRASIL..., 1880).

Em 1882, nova *Relação de livros e jornaes pertencentes à Bibliotheca da Camara dos Srs. Deputados* foi publicada. Nela se constata a presença de atas e anais da própria Câmara, do Senado Federal e de outros países, almanaques, códigos, dicionários, legislação brasileira, orçamentos, regimentos nacionais e estrangeiros, relatórios, jornais (*Jornal do Commercio, Correio Mercantil, Diario Official, Diario do Rio*) e obras de direito, economia e história (BRASIL..., 1883, p. 149).

## 2.2 REPÚBLICA - DE 1889 ATÉ 1965

Com a queda do Império brasileiro, a Biblioteca permaneceu incólume no tocante aos recursos humanos. Com efeito, o regime republicano, instaurado em 15 de novembro de 1889, conservou os postos e os direitos de todos os funcionários da Secretaria da Câmara dos Deputados. Em 1891, o Arquivo e a Biblioteca foram estabelecidos como uma das três seções na reforma da secretaria, manifestando, de certo modo, uma expectativa positiva na estrutura orgânica da Casa (OLIVEIRA, 1926, p. 557).

Em 1899, por exemplo, o deputado Victorino Monteiro defende a criação de um cargo de bibliotecário. O Parecer nº 25, de 1901, ressuscita a proposta, a despeito da opinião divergente do deputado Paula Ramos. Este alegava que isso representaria aumento de novas despesas “em uma época que o Congresso cogita seriamente fazer economia” (BRASIL..., 1901, p. 726-727). Em ambiente favorável, a proposta foi aprovada, especialmente em virtude de o primeiro-secretário, Carlos de Novaes, ter convencido o Colegiado a respeito da “urgente necessidade de organizar-se a bibliotheca”. O mesmo parecer autorizava a Comissão de Polfícia a reformar o regulamento da secretaria na parte relativa ao serviço interno da biblioteca (RAMOS, 1901, p. 750). Foram, então, criados os cargos de bibliotecário e de ajudante de bibliotecário (OLIVEIRA, 1926, p. 557), mas, como não ocorreu a votação para esta

finalidade, ficou sem a devida aplicação (NEIVA, 1902, p. 3984). No entanto, em conformidade com o Parecer nº 28, de 1901, foi aprovada a nomeação de Cícero da Costa para chefe de seção relativa à biblioteca (ORDEM..., 1901, p. 788).

Foi proposto um aditivo ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados pelo deputado Eduardo Ramos, em 1905, com o objetivo de criar na Biblioteca uma seção especial destinada a colecionar todos os atos dos poderes políticos dos estados do Brasil, suas publicações oficiais e outras, a título oneroso ou gratuito. O Parecer nº 20 da Comissão de Polícia aprovou a indicação do parlamentar, para, como resolução da Câmara, ser anexada ao regulamento vigente da secretaria (BRASIL..., 1905, p. 592). No entanto, no regulamento subsequente, a nova estrutura proposta não contemplou a demanda.

A Secretaria da Câmara dos Deputados, em 1907, era dividida em quatro seções, sendo a biblioteca uma delas. As normas para funcionamento da Biblioteca, expostas no regulamento da secretaria do mesmo ano, previam a organização e o enriquecimento do acervo com obras nacionais e estrangeiras e o atendimento aos pedidos de pesquisa bibliográfica. Ao chefe da seção competia, dentre outras responsabilidades, evitar o empréstimo ou retirada, sob qualquer pretexto, de livros e outros objetos pertencentes à biblioteca, “salvo por ordem expressa e escripta do 1º Secretário” (BRASIL..., 1908). Observa-se que, na última sessão legislativa de 1907, é mencionado o trabalho desenvolvido pela Biblioteca, destacando a aquisição de novas obras sobre variados assuntos, resultando em necessário impulso, dotando-a de todos os melhoramentos indispensáveis ao fim a que se destina (BRASIL..., 1907, p. 4122).

Em 1914 a Câmara dos Deputados transferiu suas instalações para o Palácio Monroe, onde permaneceu até o dia 18 de junho de 1922 (LIVRO..., 1926, v. 2, p. 722), entretanto, em 1919, uma vez que as instalações precárias da Biblioteca ameaçavam ruir com o peso cada vez maior dos volumes, a Mesa da Câmara providenciou a sua urgente remoção. Assim a Mesa da Câmara obteve consentimento do Ministério da Justiça, por meio do Aviso nº 753, de 1919, para que o acervo ocupasse o terceiro andar da ala direita da Biblioteca Nacional. A proximidade desta do Palácio Monroe e o melhor conforto do espaço viabilizaram a deliberação. Na transferência, efetivada em um mês, os 12.000 livros e as estantes foram transportados com a maior presteza e ordem. Essa mudança restringiu-se unicamente à Biblioteca; as demais unidades da secretaria da Câmara permaneceram no Monroe. Entre os

12.000 livros, constavam títulos que interessavam sobremaneira ao legislador, sendo dignos de nota os de Direito americano, cujos volumes nesse campo do conhecimento levaram a biblioteca à condição de ser a mais completa da América do Sul (BRASIL..., 1921, p. 571).

Um acervo precisa estar em constante crescimento. Nessa conjuntura, o presidente da República Epitácio Pessoa autorizou a Mesa da Câmara dos Deputados a adquirir, por meio do Decreto nº 3.891, de 1919, a coleção que pertenceu ao ex-deputado Pedro Gonçalves Moacyr, composta de 10.000 volumes (BRASIL..., 1919a). O crédito liberado para este fim alcançou a quantia de 50 contos, pagos em apólices inalienáveis aos filhos do ex-parlamentar. A compra representou avanço substancial, pois o acervo praticamente duplicou. A aquisição em pauta, proposta pelo deputado Maurício de Lacerda, só foi possível de ser concretizada em virtude da especialidade jurídica, da qualidade das obras, da pertinência da coleção para subsidiar os trabalhos legislativos e da facilidade proposta para a efetivação do pagamento (BRASIL..., 1919, p. 2144).

Apesar do crescimento substancial do acervo, o que exigia maior grau de evolução no gerenciamento da Biblioteca, o regulamento da secretaria da Câmara de 1922 mantém, *ipsi literis*, os termos do regulamento de 1920. Ao retratar o empréstimo, verifica-se a igualdade do teor: “É proibida a retirada de qualquer volume da sala da bibliotheca, a não ser em caso de requisição da Mesa para atender a orador na tribuna”.

Em 1922 a Câmara dos Deputados muda provisoriamente de sede em virtude da realização da Exposição Internacional, comemorativa do primeiro Centenário da Independência do Brasil, e passa a funcionar nas dependências da Biblioteca Nacional até 1926. Vai o restante da instituição, assim, reencontrar-se com a sua biblioteca.

A conclusão do edifício do Palácio Tiradentes, àquela época futura sede da Câmara dos Deputados, foi retardada, entre outros motivos, em razão da necessidade de reforço estrutural do prédio decorrente da elevada sobrecarga que exerce uma biblioteca. A justificação do projeto de lei que defende a dilatação do prazo para o término do prédio é clara a este respeito:

[...] não foi possível concluí-lo dentro do prazo contractual nem manter o numero exacto de metros cúbicos calculados no orçamento e contractados na concorrência publica, pela necessidade de reforço nos alicerces e de robustecimento de pilastras e vigas, ou deslocamento de

paredes e outras modificações, exigidas para melhor aproveitamento dos commodos, especialmente no que se refere á area occupada pela bibliotheca, – cuja carga é sempre e progressivamente mais pesada – a qual teve de ser ampliada para attender convenientemente ao seu desenvolvimento constante. (LIVRO..., 1926, v. esp., p. 29)

Finalmente, em 1926, já instalada no Palácio Tiradentes, a biblioteca era provida de mobiliário em madeira imbuia esculpada, com pisos em mosaico de madeira em “estilo renascimento italiano”. Na época, a Biblioteca, que se comunicava com o salão de leitura, dispunha de capacidade para 30.000 volumes, armazenados em altas e contínuas estantes de parede, que se elevavam desde o piso até o teto, protegidos por vidros de cristal duplos biselados, cobrindo toda a superfície (LIVRO..., 1926, v. esp., p. 100). O conjunto era majestoso: um espaço decorado com estantes imponentes e “animado pelos livros que contém” (CAMPBELL, 2015, p. 121). Nesse cenário imponente permaneceu até 1960.

Em 10 anos, portanto, de 1926 a 1936, o crescimento de 33% do acervo resultou em 40.000 volumes, abarcando “alguns milhares sobre economia, finanças, direito nos seus vários ramos, sociologia e política”. Os parlamentares recorriam ao acervo com o intuito de “procurar os elementos de fundamentação para seus pareceres, discursos e outros trabalhos legislativos.” (BRASIL..., 1936, p. 10572).

Apesar dos esforços para manter atualizado o acervo, eram notórias as lacunas, como as obras de Kelsen e as edições de Berthelemy, além de outras figuras preeminentes do Direito Constitucional moderno. Essa inércia foi traduzida em Plenário pelo deputado Pereira Lira:

Verificamos que a nossa matéria financeira está muito e muito atrasada e que a nossa bibliotheca, em assumpto de direito mercantil, é de uma pobreza jóbica. Vemos, ainda, que estamos verdadeiramente na Pedra Lascada, quanto a bibliografia aduaneira. Não quero, Sr. Presidente, detalhar as lacunas da nossa bibliotheca, porque são do conhecimento de todos os Srs. Deputados. De facto, é preciso habilitar a Comissão Executiva a fazer uma aquisição, que orçamos em 61 contos, para dar à Bibliotheca da Câmara os elementos necessários ao estudo das graves questões que têm de ser objeto das nossas deliberações nas sessões dos anos vindouros (LIMA, 1935, p. 16015).

Nos idos de 1937, o regulamento da secretaria da Câmara dos Deputados fixava, no que se referia ao acesso físico, a entrada restrita aos deputados e aos funcionários da Câmara dos Deputados, somente podendo, “a juízo do respectivo chefe, ou de ordem do 1º Secretario, ser franqueada a pessoas estranhas”. No tocante ao empréstimo de obras, era cerceada a retirada de qualquer volume sem a expressa autorização da Mesa. As regras eram intransigentes:

É proibida a retirada de qualquer volume da sala da bibliotheca, a não ser em caso de requisição da Mesa para atender o orador na tribuna, ou de pedido, por escripto, de qualquer dos chefes de serviços da secretaria, o qual ficará responsável pela devolução na primeira hora do expediente do dia seguinte (BRASIL..., 1937, art. 35, § 10).

Cabe enfatizar que essa determinação corresponde à mesma redação contida no regulamento anterior, referente ao ano de 1926, e reiterada nos regulamentos posteriores, de 1947 e 1951, com alternância apenas dos cargos, ora diretor, ora chefe.

Sob a regência do regulamento de 1937, a gestão do acervo se dava pelo uso de três instrumentos básicos: o catálogo sistemático, o alfabético e o topográfico. Os dois primeiros eram organizados em cartões manuscritos ou datilografados, enquanto o último em cartões ou em folhas de papel. Além dos catálogos, a biblioteca contava com um índice de nomes e de assuntos, com a finalidade de repertoriar todas as leis da República.

Ainda nesse instrumento regulatório vigente, são categoricamente estabelecidas como entidades prioritárias para a permuta de obras as assembleias nacionais e estrangeiras. Também havia a possibilidade de realizar trocas com particulares. O texto também instituía que a biblioteca receberia parte da produção oficial envolvendo as proposições legislativas com a finalidade de permutar. Desde então já se adotavam políticas de desenvolvimento de coleções, arrolando em livro de registro próprio as obras a serem adquiridas, permutadas ou doadas.

Dessa maneira, as obras incorporadas enriqueciam sobremaneira o acervo e eram usadas para que os parlamentares fundamentassem posição sobre os assuntos de natureza diversa debatidos no Plenário. Em sessão do dia 13 de agosto de 1946, na qual se discutia a autonomia do Distrito Federal, o deputado constituinte Prado Kelly assinalou que “graças a Deus, a biblioteca desta Casa possui livros de que me servirei

para uma consulta ligeira e, ao mesmo tempo, para trazer os seus autores à colação no presente debate.” (KELLY, 1949, v. 21, p. 83).

Se livros ingressavam, outros eram expurgados. Eram tempos difíceis. No período de censura vigente durante o Estado Novo, foram subtraídos, até então, cerca de 700 volumes pertencentes à Biblioteca pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que funcionava nas dependências da Câmara dos Deputados. Muito oportuna se mostra a transcrição do debate ocorrido no dia 22 de maio de 1946 entre os deputados Lima Cavalcanti, Plínio Barreto, Ruy Santos, José Bonifácio e Antônio Correa:

O SR. LIMA CAVALCANTI – [...] O primeiro caso enunciado no aludido requerimento é o do abastecimento d'água do Distrito Federal. Deveríamos iniciar por êle a nossa exposição. Entendemos, porém, de começar pelo caso do Departamento de Imprensa e Propaganda, pois é incontestável que o silêncio impôsto pelo DIP e a propaganda interesseira e tendenciosa, por êle desenvolvida, são responsáveis diretos na consumação e desenvolvimento dos outros casos referidos.

E, se não bastasse êsse critério de responsabilidade, poderíamos apelar, ainda, para uma razão de ordem local: o DIP funcionou nesta Casa, desrespeitando-a nas suas tradições democráticas.

O Sr. Plínio Barreto – Danificando-a.

O Sr. Ruy Santos – Pior ainda – desviando livros da biblioteca.

O Sr. José Bonifácio – Cêrca de 700 volumes foram levados da Biblioteca da Câmara dos Deputados.

O Sr. Antônio Correia – Estava conforme as praxes do Estado Novo.

O SR. LIMA CAVALCANTI – O fato já foi verificado pela própria Mesa da Assembléia Constituinte.

No momento de apurarmos os efeitos da ditadura sôbre a vida brasileira, não será, portanto, descabido que comecemos por aquêle hóspede indesejável (CAVALCANTI, 1948, v. 10, p. 54).

A questão da proibição do empréstimo permanecia inalterada em 1946. Realmente, a retirada de obras persistia limitada às reclamadas pela Mesa. Observa-se uma resistência no sentido de alterar essa prática, a despeito da argumentação evocada pelo deputado Ruy Santos quanto à política adotada pelas bibliotecas do mundo em

relação ao empréstimo, evidenciando-se o anacronismo da biblioteca da Câmara dos Deputados. O parlamentar apresentou requerimento ao presidente Lauro Montenegro:

Requeiro à Mesa que, ouvida a Assembléia, seja alterado o regulamento da secretaria da Câmara dos Deputados, em vigor atualmente, de modo a permitir aos Srs. Deputados e Senadores, e mesmo aos funcionários da Assembléia, retirar livros da biblioteca, com prazo determinado, e independente de requisição da Mesa (SANTOS, 1950, v. 22, p. 179-180).

É sabido que as instituições, inclusive as bibliotecas, estão sempre em movimento. Em janeiro de 1948 foi elaborado Projeto de Resolução nº 40/1947-1948, com vistas a reformar o quadro da Secretaria da Câmara dos Deputados, considerando os serviços da biblioteca. A argumentação parece sólida. De fato, no ano anterior, a Biblioteca retomou a permuta de obras com “bibliotecas de parlamentos estrangeiros, colimando a sua organização em novos moldes, na conformidade do que de mais adiantado se conhece nesse sentido” (BRASIL..., 1947, p. 8898). Justificou-se que uma biblioteca moderna, cujo padrão a Biblioteca da Câmara deveria alcançar, “é órgão que deve estar aparelhado para preencher os seus fins, fora de qualquer outra consideração que não seja o rendimento intelectual.” (BRASIL..., 1948, p. 844).

Embora a Biblioteca tivesse sido considerada “uma das melhores do Continente, em seu gênero” (BRASIL..., 1947, p. 8898), o ofício encaminhado pelo diretor da Biblioteca Eloy Pontes ao presidente Samuel Duarte e demais membros da Mesa evidenciava uma letargia em relação ao estado da mesma:

Fechada desde 1930, exposta ao descaso [pode-se dizer], esta biblioteca teve os serviços de aquisições, assinaturas de revistas, permutas e catalogação inteiramente paralisados. De 1930 para cá todas as bibliotecas de outros países e do Brasil adotaram métodos novos de trabalho e organização de caráter prático e eficiente (PONTES, 1948, p. 4412).

Dentre as propostas reclamadas para modernizar a biblioteca, o diretor citou como preocupação dominante a necessidade de implantar melhorias em todo o ciclo da informação, atingindo a seleção, a aquisição e permuta, o registro, a catalogação e classificação, a microfilmagem e o empréstimo, além do serviço de referência. A



abertura do empréstimo passa a ser um dos pontos defendidos pelo diretor da Biblioteca:

A Biblioteca da Câmara não dispõe de serviço de empréstimos organizado. Os Srs. Deputados podem dar testemunho dos prejuízos que esta falta provoca. Os empréstimos de obras para consulta podem ser instituídos, com proveito, desde que neles se empreguem funcionários especializados e idôneos (PONTES, 1948, p. 4412).

Se em 1946 foi computado o desvio de 700 obras, em 1948 causou perplexidade a menção de que a Biblioteca foi “desbaratada” pelo mesmo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), visto que de suas estantes “desapareceram volumes da série Rugendas e Debret, que até hoje não apareceram”. (FALCÃO, 1948, p. 950). Após a realização de um inventário, verificou-se o extravio de perto de 3.000 volumes e danificação de cerca de 8.000. Tal panorama exigia, com urgência, uma atualização do catálogo, onde figuravam fichas mencionando obras extraviadas ou subtraídas. Para a recatologação das obras, obteve-se o prestimoso auxílio de funcionários do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e das bibliotecas dos ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores (PONTES, 1948, p. 4412).

A restrição ao empréstimo permanece tão problemática que é objeto de discussão acalorada no Plenário da Câmara dos Deputados. Reconhece-se que a Biblioteca sofreu os duros golpes da ditadura, se convertendo numa entidade com serviços parcos e ruins, se comparada a outras da capital, desprovida, inclusive, de qualquer serviço de referência. Almejava-se transformá-la em órgão vivo de consulta:

O SR. ALIOMAR BALEEIRO – Com respeito à biblioteca, a Câmara havia caído muito baixo. Praticamente, na legislatura passada, podia-se dizer que a biblioteca era coisa extinta nesta Casa. Desfalcada, notoriamente ao tempo da ditadura, abandonada, era ponto de conversa e de outras coisas. Agora, porém, graças a Deus, nota-se na biblioteca um movimento renovador. Com a presença do dr. Rui Alencar, realmente já está demonstrando melhoria sensível a quem quer que por ali passe.

O SR. MONTEIRO DE CASTRO – É verdade, mas devo dizer a V.Exa. que penso num aprimoramento muito maior da biblioteca do Legislativo. Tanto para a biblioteca da Câmara, como a do Senado, são boas.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO – Perdôe V.Exa. – foram boas; estão atrasadas 20 anos.

O SR. MONTEIRO DE CASTRO – Mas têm procurado, nos últimos três anos, tirar o atraso. Estão um pouco *a la recherche du temps perdu...* Devo ainda acrescentar a V.Exa. que imagino para a Câmara um serviço muito melhor do sistema bibliotecário. Confesso a V.Exa., tôdas as vêzes que tenho procurado me enfronhar em um assunto qualquer aqui no Rio de Janeiro a biblioteca que menos serviços presta é a da Câmara, porque as demais, quer a Biblioteca Nacional, quer a do Dasp, quer a do Ministério da Fazenda ou a do Instituto Brasil-Estados Unidos prestam melhores serviços do que a biblioteca da Câmara, cuja fronteira um deputado não pode sequer passar carregando um livro.

[...] O SENHOR TENÓRIO CAVALCANTI – A biblioteca do Congresso Americano é mundialmente famosa. Se um deputado brasileiro pedir àquela biblioteca um volume, êste virá pelo correio para ser consultado no Brasil.

O SR. MONTEIRO DE CASTRO – É verdade. Acredito que a Biblioteca da Câmara dos Deputados seja a única, de certa importância, em que o leitor não pode levar o livro para casa. Todas as demais bibliotecas do Rio emprestam os livros; apenas a Câmara não o faz. Além disso, não há serviço de referência. Assim, quando precisamos consultar alguns livros sobre determinado assunto, não temos um auxiliar na nossa biblioteca. O deputado tem de buscar, dias seguidos, nas fôlhas dos livros, os elementos para um trabalho parlamentar.

O SR. OSWALDO ORICO – Êsse não me parece o aspecto mais criticável da biblioteca da Câmara, porque nas assembléias onde predominam as elites a devolução dos livros sofre verdadeiramente um processo de devolução muito retardado. Da própria biblioteca da Câmara se extraviaram muitas obras. Quis consultar recentemente nas estantes da Academia certos livros esgotados de Silvio Romero e tive de ficar na “fila”, à espera de que êles voltassem aos seus lugares. É por isso que não me rebelo contra as instituições que guardam ciosamente nas estantes suas preciosidades bibliográficas.

Na sequência, o deputado Monteiro de Castro se posiciona a favor de que seja estabelecida punição aos parlamentares que não restituíssem os livros no prazo estabelecido:

O SR. MONTEIRO DE CASTRO – Trata-se, evidentemente, de detalhe a apreciarmos. Temos elementos para punir inclusive os deputados que estiverem em falta para com a biblioteca. Não é possível, porém, quem, por um argumento dessa natureza, a biblioteca, organizada para prestar serviços, deixe de o fazer porque alguns deputados provavelmente serão desidiosos na devolução dos livros.

O SR. GURGEL DO AMARAL – A tese de V. Exa. está certíssima. De fato, V. Exa., a biblioteca tem de ser órgão – não há quem possa discordar de vós – vivo de consulta. Numa assembléia como a Câmara dos Deputados, a biblioteca é um dos serviços mais importantes. Há necessidade de melhorarmos a nossa biblioteca, a fim de que possa emprestar livros aos deputados, para lhes facilitar a consulta. V. Exa. há de convir, porém, que a Mesa, neste pouco tempo de administração, não pôde ainda tomar as medidas necessárias ao aprimoramento desse órgão, indispensável à nossa vida legislativa.

[...] O SR. MONTEIRO DE CARVALHO – [...] O sistema atualmente usado transforma os livros do Congresso em objetos sem uso e as bibliotecas em custosas e inúteis organizações, pois nem ao menos se pode servir deles fora do recinto em que se encontram (CASTRO, 1951, p. 2337-2378).

O incômodo de alguns parlamentares não sensibilizou seus pares nem o alto comando administrativo da Câmara dos Deputados. Ocorreu, então, mais uma tentativa de modificar o sistema de empréstimo. De fato, no ano posterior ao debate apaixonado realizado no Plenário, o deputado gaúcho Fernando Ferrari apresenta o Projeto de Resolução nº 249-A, defendendo que o papel da biblioteca, na ocasião com 18 funcionários – dos quais dois bibliotecários e um bibliotecário-auxiliar –, deveria ser revisto (BRASIL..., 1953, p. 1740). Ele sustentava a ampliação irrestrita do empréstimo aos parlamentares, não deixando de ressaltar, com certa ironia, a desatualização do Regimento vigente, qualificando-o de prussiano. Na justificção ele ainda propunha o credenciamento da sociedade para desfrutar da consulta e retirada de obras. Em reiterados pronunciamentos ele sugere que a biblioteca:

[...] não seja um patrimônio estanque, patrimônio até certo ponto egoísta, que fique limitado apenas à consulta dos Srs. Deputados. Acho que poderíamos fornecer credenciais, mediante um catálogo, na própria biblioteca, para que o povo, os estudiosos, pudessem ingressar e consultar as obras históricas ou não, usar esse rico patrimônio que é de

toda a nação, e dele também usufruir, em vez de ser privilégio da Câmara dos Deputados do Brasil. A biblioteca do Ministério da Educação, a biblioteca do Dasp e a biblioteca do Ministério da Fazenda podem ser consultadas por qualquer particular, e basta que este faça uma ficha e dê boa credencial para levar até obras para casa.

[...] Ora, Sr. Presidente, o deputado da Câmara – o deputado, vejam bem, V.Exas. – não pode tirar um livro de sua biblioteca porque isso lhe é vedado pelo regimento interno. Quer dizer: um funcionário pode retirar um livro da biblioteca e o deputado não, porque isto é proibido pelo regimento, pelo Regimento prussiano da Câmara dos Deputados do Brasil! (FERRARI, 1952, p. 8027).

Novos tempos, velhas decisões. Apesar dos esforços, o projeto foi rejeitado em 9 de maio de 1953 (BRASIL..., 1953, p. 3731). O parecer unânime e contrário da Mesa foi pautado em quatro argumentos apontados pelo diretor da Biblioteca. Segundo ele, a falta de um setor de empréstimo no âmbito da Biblioteca aliada às sanções estabelecidas no projeto de resolução se revelavam infrutíferas na devolução de obras em atraso à Diretoria de Serviços Legislativos pelos deputados retardatários, a despeito da publicação no *Diário do Congresso Nacional*, do número do expediente, o nome do parlamentar e o título da obra. Também não favorecia a liberação do empréstimo, segundo o diretor, a sanção prescrita com o desconto em folha para o ressarcimento de obras emprestadas e não devolvidas dentro do prazo estipulado, pois há obras de “alto valor, por sua raridade, e que a nenhum preço se encontram no mercado livresco”. Por último argumentava que, em virtude de ser incorporado ao acervo um único exemplar de cada obra, seu empréstimo impediria a consulta ao documento *in loco* (BRASIL..., 1952, p. 12988). Enfim, apesar da rejeição, os debates em Plenário continuavam na tentativa de fazer uma distinção entre o conceito de obras raras, às quais sendo insubstituíveis, deveriam permanecer sob “sete chaves”, e o de livros comuns, adquiridos rotineiramente, que deveriam ser liberados aos deputados por prazo determinado (FARACO, 1953, p. 4001).

De toda maneira, após 48 anos praticamente apegada às mesmas normas de funcionamento, a despeito de alguns parlamentares e funcionários da Biblioteca terem lutado contra o estado de arte estabelecido quanto ao empréstimo, a Diretoria da Biblioteca sofreu substancial reorganização em 1955. Com a aprovação da Resolução nº 27, de 1955, originária do Projeto de Resolução nº 321-A, de 1953, foram

acrescidas, para melhor rendimento dos trabalhos, duas seções: de Aquisição, Catalogação e Classificação e de Referência e Circulação. Para atendimento a essa nova dinâmica, em relação à estrutura orgânica da mesma, foi previsto concurso para a carreira de bibliotecário com nove vagas (BRASIL..., 1955, p. 3475). Com efeito, e dentro da lógica primaz ou elementar, a retirada de obras, mediante empréstimo, foi, finalmente, modificada, conferindo nova feição à biblioteca. O relatório sucinto da Presidência é transparente ao explicitar:

O Setor de Circulação emprestou 802 obras, especialmente as relativas a direito e economia, tendo efetuado 109 cobranças. O movimento de requisição foi o seguinte: por deputados, 402; por comissões, 370; e por funcionários, 30 (BRASIL..., 1955, p. 9321).

É certo que, após o acréscimo de 766 volumes, o acervo totalizou 52.154, dos quais apenas 4.388 se achavam catalogados e classificados de acordo com as normas da Biblioteconomia. A Biblioteca prosseguiu na compilação da legislação brasileira, desde 1938, e dispunha de uma mapoteca. Nela ficavam acondicionados mapas de todo o território nacional, bem como os especializados em rodovias, polígono das secas e a carta do Brasil ao milionésimo, mapa confeccionado de acordo com padrões técnicos internacionais na escala de um por um milhão (BRASIL..., 1955, p. 9321).

A atualização do acervo e a conseqüente necessidade de divulgar os itens bibliográficos recentes estimularam a criação do *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*, em 1952. De 1957 a 1961, o periódico limitava-se a difundir as novas aquisições, as biografias dos presidentes da Casa, as notas bibliográficas e as referências legislativas. A partir de 1962, inserido na nova estrutura administrativa que criou a seção com o mesmo nome, o boletim ampliou seu escopo. Visando a antecipar as expectativas do usuário sobre determinados assuntos e tendo como editor e colaborador Edson Nery da Fonseca, a publicação relacionava as novas aquisições, o índice de legislação e as bibliografias. De modo relevante, trazia matérias ilustrativas, como biografias de presidentes da Câmara, críticas de livros novos e notícias sobre as obras raras. As resenhas contavam com a honrosa colaboração de eminentes deputados, como Oscar Corrêa, Herbert Levy, Afonso Arinos de Melo Franco, Barbosa Lima Sobrinho, Pedro Aleixo, Maurício Joppert, Luiz Viana Filho, José Bonifácio, Ernani Sátiro, Plínio Salgado e Ruy Santos. Quanto ao espaço dedicado às obras raras, tratava-se da primeira iniciativa para evidenciá-las. Consistia na reprodução da folha de rosto,

acompanhada da ficha bibliográfica, na biografia sucinta do autor, no valor bibliográfico e intrínseco do exemplar, no estado de conservação e nas referências bibliográficas (CARTA..., 1962, p. 239). Esse modelo positivo de divulgação inspirou a publicação, no ano de 2000, do primoroso *Catálogo de Obras Raras da Biblioteca da Câmara dos Deputados*.

As doações eram feitas paulatinamente. O Deputado Lincoln Feliciano, em discurso proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, ofertou à Biblioteca o livro de Edgard de Cerqueira Falcão intitulado *Novas achegas ao estudo da determinação da especificidade do Schistosomum mansoni* (FELICIANO, 1957, p. 7506).

Por sua vez, no que se refere às compras realizadas fora do País, recorria-se à carteira de câmbio do Banco do Brasil para efetuar os pagamentos. Em 1959, por exemplo, foi feita a remessa para a cidade de Ann Arbor, Michigan, Estados Unidos, de 27,76 dólares a J. W. Edwards Inc., destinada ao transporte de 40 volumes do Catálogo da Biblioteca do Congresso Americano, adquiridos pela Biblioteca da Câmara (BRASIL..., 1959, p. 6750).

Com bom ritmo de atualização, a Biblioteca é objeto, em 1959, ainda no Rio de Janeiro – então Distrito Federal –, de elogios, sendo considerada o “principal assessor legislativo” dos parlamentares. A comunicação lida em Plenário pelo deputado Geraldo Guedes cita o nome do servidor Edson Nery da Fonseca. O bibliotecário já conferia dinamicidade ao *modus operandi* das bibliotecas, vislumbrando-as como um “centro de informações, de difusão cultural e até de assistência social”. O parlamentar, na oportunidade, enaltece o pessoal lotado na biblioteca pela elaboração de trabalho em homenagem ao centenário do jurista Clóvis Bevilacqua:

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já passou o tempo em que as bibliotecas mais pareciam – segundo Gilberto Freyre – um “cemitério de livros”, uma veneranda casa de museu, com estantes arrumadas de livros bem impressos, uns gordos e outros magros, uns velhos e outros novos, uns secos e outros grávidos, uns estrangeiros e outros nacionais.

Era os tempos das grandes bibliotecas do Rio e de São Paulo, de Pernambuco, da Bahia e de Sergipe, que estes eram os estados que mais se orgulhavam de tê-las, embora algumas delas fôssem, conforme

acentuava Odilon Nestor, salões desertos, cheios de armários com velhos alfarrábios, dentro deles alguns descosidos e desconjuntados, como se fôsem fragmentos repudiados de antigas heranças.

Mas, hoje, Sr. Presidente, as bibliotecas já não se limitam a guardar e a conservar livros. Tornam-se, consoante assinala este nosso muito bem informado bibliotecário e jovem escritor Edson Nery da Fonseca, um centro de informações, de difusão cultural e até de assistência social.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que vem funcionando nossa biblioteca da Câmara dos Deputados, onde um grupo de servidores responsáveis e dedicados lhe imprime uma feição cultural de assistência constante aos nossos trabalhos parlamentares. Poderia dizer, na verdade, que a biblioteca é o nosso principal assessor legislativo. Ela está dinamizada. Os seus livros já vivem, circulam, trabalham, informam, esclarecem, nos prestam, enfim, inestimável ajuda parlamentar.

Agora mesmo, por ocasião do centenário de Clóvis Bevilacqua, a Biblioteca da Câmara organizou e distribuiu entre nós um boletim comemorativo daquela data. É um trabalho valioso, não só do ponto de vista de referência bibliográfica, da informação histórica, mas também da documentação específica sobre os trabalhos literários, filosóficos e jurídicos do grande juriconsulto pátrio.

Creio, Sr. Presidente, devêssemos registrar nos anais desta Câmara nosso testemunho de louvor e de reconhecimento aos que trabalham na biblioteca, desde o diretor aos seus mais humildes serventes, dando provas de devotamento e de alto interesse pela boa execução dos serviços que lhe são afetos. Peço a V.Exa., Sr. Presidente, e desejo que fiquem bem expressos, nos trabalhos de hoje, nossos aplausos e louvores ao pessoal da biblioteca desta Casa, quando organiza, publica e distribui o boletim comemorativo do nascimento de Clóvis Bevilacqua. (Muito bem) (GUEDES, 1959, p. 7378).

Não dispondo o edifício da Câmara de salas para o trabalho das suas comissões, o gabinete de leitura da Biblioteca foi transformado em local predileto dos deputados para a realização de reuniões, no período de 1946 a 1960. O recinto era habitualmente escolhido para debates e discussões dos mais variados assuntos (BICHARA, 1956, p. 8312).

Em tempos de preparação para deixar o Rio de Janeiro, Ângelo Lazary de Souza Guedes, diretor na biblioteca, participou como convidado de reuniões da

Comissão de Transferência para Brasília para tratar de assuntos afetos à Biblioteca (BRASIL..., 1959, p. 9179). Em 1960, face à não conclusão das instalações na nova Capital, foi permitido que, além do diretor, as funcionárias, Alda Maria Coroacy, Leda Camara Labouriau, Maria Thereza Parente Napoleão, Maria Antonieta Requião Piedade, Nilza Teixeira Soares, Benedita Fochi, Nilza de Melo Teixeira e Thereza de Jesus Xavier Gomes permanecessem no Rio de Janeiro exercendo suas funções (BRASIL..., 1960, p. 2694). Com a finalidade de coordenar a mudança da Biblioteca e do Arquivo, foi nomeado, em caráter provisório, o bibliotecário Washington José de Almeida Moura (BRASIL..., 1960, p. 2733). A transferência de parte Câmara dos Deputados, em 1960, para Brasília, e tendo a Biblioteca ainda permanecido no Rio de Janeiro, gerou questionamento do deputado Herbert Levy:

Como pode o Legislativo funcionar com um terço dos seus funcionários, desgarrado das suas bases, sem synopse, sem biblioteca, sem arquivo, sem qualquer elementos que compõem a sua infraestrutura? (LEVY, 1960, p. 3756).

Em agosto de 1960, na nova capital federal, a Biblioteca ocupou, provisoriamente, espaço em quatro pavimentos no Anexo 1 da Câmara dos Deputados (NOTICIÁRIO, 1960, p. 341). A direção da Casa apoiou a construção do prédio definitivo da Biblioteca, ressaltando a relevância de suas atividades no processo legislativo. O primeiro secretário, o deputado mineiro José Bonifácio Lafayette de Andrada, é transparente a esse respeito, tendo compreendido “o papel que desempenha junto ao legislador moderno um centro de informações bem aparelhado” (PRESIDENTES..., 1969, p. 31). Além de apoiar o novo anexo ao edifício que seria ocupado pela Biblioteca, juntamente com as comissões (NOTICIÁRIO, 1965, p. 467), em 1965, defendeu também a ampliação do seu acervo. Em 1958 o acervo contava com 54 mil títulos (PRESIDENTES..., 1969, p. 31). Já em 1965 o volume alcançado foi de 169.069 obras (BATISTA, 1965, p. 6846).

Antes mesmo da construção do novo prédio, foram criadas, pela Resolução nº 67, de 1962, na Diretoria de Biblioteca, quatro seções: a de Preparação; a de Periódicos e Publicações Seriadas; a de Referência e Circulação; e a de Boletim da Biblioteca, além de ter sido incorporada às suas competências a permuta de publicações da Câmara com as assembleias nacionais e estrangeiras (BRASIL..., 1962, p. 2272, arts. 29 e 31).



Merece destaque a aquisição, em 1962, de 4.094 obras – atingindo-se 100.114 volumes – em comparação aos 1.328 adquiridos em 1961. Nesse mesmo ano, a biblioteca atendeu 9.722 consultas, sendo os ramos mais requisitados: Direito, Economia, Administração e Finanças (NOTICIÁRIO, 1962, p. 454). É de se destacar a aquisição de importante obra de referência jurídica, o *Corpus juris secundum*, repositório de todo o Direito norte-americano, composta de 106 volumes, publicada pela American Law Book (NOTICIÁRIO, 1963, p. 309).

Para a distribuição, nos planos nacional e internacional, das publicações editadas na Câmara dos Deputados – boletins da biblioteca, anais, documentos parlamentares, súmulas dos discursos, resenhas legislativas, proposições e demais publicações – por doação ou permuta, foi proposta à Diretoria da Biblioteca a incumbência dessa responsabilidade (BRASIL..., 1964, p. 4879), regulamentada pelo Ato da Mesa nº 1, de 1966 (BRASIL..., 1966, p. 4078).

O novo edifício anexo 2 da Câmara dos Deputados, onde a Biblioteca funcionaria, ficou pronto em 1965, em prédio conceitualmente de arquitetura moderna, com mobília relativamente simples e mais de 8.000 metros quadrados em três pavimentos, projetado pelo arquiteto Renato Sá. Em apenas quatro dias a mudança foi feita – na segunda quinzena de julho, no período do recesso legislativo –, reabrindo para consulta no dia 2 de agosto do mesmo ano (NOTICIÁRIO, 1965, p. 467-468). Logo após a reabertura, discursos foram proferidos na tribuna, destacando-se os aspectos positivos e restritivos das novas instalações. O deputado Geraldo Guedes, ao constatar a ausência de som para reproduzir as falas do Plenário, a falta de ar refrigerado e de móveis, reclama providências para que a Biblioteca atenda precipuamente à sua finalidade (GUEDES, 1965, p. 6121). Alegando excesso de luminosidade, o deputado e médico João Veiga afirma que, se a situação perdurar, poderá desencadear crises epiléticas, casos de memicramia (*sic*), cefaleia ligeira, psicopatia e distúrbios de visão. Para evitar os transtornos de saúde, ele oferece duas opções: instalar cortinas ou aplicar películas cinza ou amarela nos vidros da janela (DISCURSOS..., 1965a, p. 648-649). A primeira opção foi a escolhida, sendo providenciada a colocação de *brises* metálicos verticais na cor verde do lado externo das janelas. As pendências foram paulatinamente sanadas.

A ausência de ampla divulgação do novo espaço foi objeto de queixa por parte do deputado Padre Nobre. O parlamentar externa que a “obra mais importante

que já se realizou nesta Casa” careceu, ao ser aberta, de publicidade interna e externa, inclusive na imprensa (NOBRE, 1965, p. 6165).

As demandas, no entanto, não se restringiam unicamente aos aspectos de divulgação e de engenharia do edifício. De fato, o acervo atraía a atenção pela sua diversidade. Para marcar a ocasião, a Biblioteca organizou, em vitrines, a exposição *Livros que Abalaram o Mundo* (LIVROS..., 1965, p. 447). A mostra teve a participação de bibliotecas, como a Central da Universidade de Brasília, a da Casa Thomas Jefferson, além de obras emprestadas por alguns colecionadores particulares. O deputado Lourival Batista, em comunicação lida em Plenário, realçou a riqueza do acervo da Biblioteca, “onde não faltam sequer as obras dos filósofos gregos em edições na língua original” (BATISTA, 1965, p. 447). O novo espaço permitiu acomodar melhor os serviços de encadernação e de fotorreprodução, com futura instalação de equipamento de microfilmagem, imposto pela necessidade tanto de preservar documentos raros como para reduzir a extensa coleção de jornais a pequenos rolos de microfimes. Ao parabenizar os responsáveis pela construção de uma “autêntica” biblioteca, o deputado Brito Velho, representante do estado do Rio Grande do Sul, ressaltou seus predicados tão afinados:

Temos agora biblioteca: próxima, organizada, acolhedora. Porque próxima, poderemos lá ir, sem sacrifício de tempo; porque organizada, isto é, viva e “funcionante” – não um amontoado de livros a lembrar cadáver insepulto – podemos realmente utilizá-la, nela bebendo os conhecimentos, sem os quais nossa tarefa seria infrutífera, quando não danosa; porque acolhedora, acrescentaremos mais um elemento psicológico de motivação para a pesquisa bibliográfica – o prazer (DISCURSOS..., 1965, p. 483).

Além de realçar o valor estético do ambiente, ele destaca a relação intrínseca entre o livro, fonte da completa realidade humana, e o legislador, seu intérprete:

Visitando-a, dominou-me a emoção estética. Nada de luxuoso, nenhuma demasia, nem de longe qualquer nota barroca ou extravagância ao sabor de alguns modernos. Apenas funcionalidade, sobriedade, simplicidade, a lembrar uma transposição, admiravelmente ajustada aos tempos atuais, do gosto helênico.

[...] O livro e o legislador são coisas indissociáveis, porque, muito ao contrário do que pensam os apedeutas, o livro não gera o homem

livresco, o homem nebuloso, o homem aéreo, o homem afastado dos fatos, o homem cego à realidade. Exatamente oposta é a verdade. Constitui o livro o grande instrumento de acesso à realidade, o maior e melhor fator de conciliação com ela, pois só êle ensina, com a doutrina e com a experiência alheia milenarmente acumulada, a saber sentir o real, a interpretá-lo e elaborá-lo, superando o estágio primário e informe do fato bruto que pouco vale, porque nada diz por si só.

[...] Esta Casa, para felicidade do país, quer o livro, valoriza o livro, cultua o livro (VELHO, 1965, p. 6302).

As novas instalações, reflexo das prioridades e preocupações de seus idealizadores, despertavam interesse, tendo sido prontamente visitadas pelo presidente Bilac Pinto e o líder Pedro Aleixo (BATISTA, 1965, p. 6846).

Em 7 de dezembro de 1965, o padre Antônio de Oliveira Godinho, deputado pelo estado de São Paulo, em improvisado discurso, derramou bênçãos “sôbre êste lugar tranquilo, onde a sabedoria antiga e nova, se encontra (*sic*) à disposição de quem dela tenha fome!”. Prestigiaram o evento o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Bilac Pinto, o ministro Luis Viana e demais deputados (GODINHO, 1965, p. 646).

Na ocasião foi lida a *Bênção das bibliotecas*, defendendo-a do risco de incêndio “tão presente na história das bibliotecas” (SCHWARCZ, 2002), transcrita do *Rituale romanum*, assim traduzida pelos servidores da biblioteca:

Deus, Senhor das ciências, concedei benigno a vossa benção a esta biblioteca, para que ela esteja livre dos incêndios e de outros perigos e aumente com os dias; e todos os que aqui vierem, tanto para trabalhar como para estudar, progridam sempre na ciência das coisas divinas e igualmente no Vosso amor. Por Cristo nosso Senhor. Amém (BENÇÃO..., 1965, p. 647).

Ainda em 1965, o Projeto nº 3.257, de 1965, previa que os universitários e estudantes de Brasília utilizassem as dependências das bibliotecas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A justificação para o referido projeto era a inexistência de bibliotecas na cidade e a estimativa de que a medida contribuiria para solidificar a cultura de compartilhamento das letras e das artes no Planalto Central. Não deixou de lado, no entanto, os cuidados indispensáveis destinados a preservar o inestimável patrimônio cultural das duas Casas do Congresso Nacional (BRASIL...,

1965b, p. 8661). Esta proposição foi arquivada pela Mesa Diretora, nos termos do artigo 104 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (BRASIL..., 1967, p. 563).

Nesse mesmo ano de 1965, os documentos oficiais e publicações de distribuição geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas, confiada à Biblioteca desde 1949, sob o código *Parliamentary Library 23*, tiveram tratamento técnico condizente, proporcionando a consulta pelos interessados (PUBLICAÇÕES..., 1965, p. 597-608). Desde então, a Biblioteca incorporou 2.879 publicações, sendo 1.710 doadas e 1.169 adquiridas por compra. Em dezembro de 1965, o acervo era estimado em 169.069 volumes, 191.312 folhetos e 1.377 títulos de periódicos. As publicações mais procuradas, tanto para consulta como para empréstimo, foram as de assuntos jurídicos, com destaque para direito constitucional e administrativo, seguido da ciência política. O atendimento às pesquisas atingiu 23.090 consultas e geradas 1.760 fotocópias. (NOTICIÁRIO..., 1965, p. 651-653).

Em 1971, a nova estrutura administrativa da Câmara dos Deputados criou o Centro de Documentação e Informação, no qual a Divisão de Biblioteca foi inserida. Ela, por sua vez, possuía a seguinte estrutura: Seção de Aquisição; Seção de Recebimento e Controle de Publicações Nacionais; Seção de Catalogação e Classificação; Seção de Referência; Seção de Circulação e Supervisão das Coleções; Seção de Bibliografia e Serviços Diversos; e Seção de Coleções Especiais. Esta tinha por competência “receber, organizar e manter organizadas as coleções de publicações de organismos internacionais, de obras raras, de mapas, de microtextos e de outros documentos apresentando características específicas, e elaborar o material a ser divulgado” (BRASIL..., 1971, p. 1). Estava criado, formalmente, o setor responsável pela tutela das obras raras.

Não se pode olvidar que, depois da incorporação, em 1999, da coleção particular inteira de Márcio Moreira Alves, ex-parlamentar e jornalista brasileiro, o acervo de obras raras da Biblioteca da Câmara ganhou, não só em número, mas, do ponto de vista qualitativo, grande desenvolvimento. As obras foram coletadas pelo político nas livrarias e leilões de Portugal, Espanha, França e Inglaterra. A incorporação, a título de compra, correspondeu a 98.945,60 dólares (BRASIL..., 1999).

O ano de 2013 revestiu-se de amplo significado no tocante ao estabelecimento de normas referentes à biblioteca e, conseqüentemente, à gestão das obras raras: pelo Ato da Mesa nº 125, com a nova designação de Seção de Obras

Raras e Especiais, as competências empreendidas ao setor foram atualizadas, contemplando-se as peculiaridades afetas ao tratamento e disseminação da coleção (BRASIL..., 2013); o primeiro Regimento Interno da Biblioteca, aprovado mediante Ato da Mesa nº 63, determinou condições para o acesso e a reprodução do conteúdo das obras raras (BRASIL..., 2014); e, finalmente, instituída pela Portaria nº 394, a Política de Desenvolvimento de Coleções estabeleceu 14 critérios de raridade, que devem ser objeto de observação para nominar, no âmbito da Câmara dos Deputados, uma obra como invulgar (BRASIL..., 2014a, p. 35–36).

No cenário atual, a biblioteca representa tradução expressiva e positiva no fornecimento periódico, quer em material bibliográfico impresso, em mídia ou em meio eletrônico, de:

[...] suporte informacional às atividades legislativa, fiscalizatória e de representação dos parlamentares e de seus órgãos colegiados, bem como às atividades de apoio técnico-administrativo da Câmara dos Deputados (BRASIL..., 2014).

## 2.3 FUSÃO DAS BIBLIOTECAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL

Na década de 1960 ocorreram questionamentos quanto à natureza da Biblioteca da Câmara dos Deputados. Realmente, em 1963, o deputado Franco Montoro apela às Mesas da Câmara e do Senado para que examinem, conjuntamente, a conveniência da unificação das duas bibliotecas. Segundo o parlamentar, a existência das duas bibliotecas se justificava em virtude de estarem instaladas em sedes distantes. Evocou, na oportunidade, como modelo, a biblioteca do Congresso americano. Ele acrescenta que:

[...] com a aproximação, não se compreende que se faça a aquisição de duas coleções semelhantes, que não se estabeleça uma coordenação dêsse trabalho de unificação, porque estão as duas bibliotecas separadas apenas por um corredor (MONTORO, 1963, p. 5974).

Não tardou para que fosse elaborado o projeto de decreto legislativo instituindo a Biblioteca do Congresso. De autoria do deputado Newton Carneiro, o projeto estabelecia como patrimônio inicial os acervos bibliográficos das bibliotecas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, além de firmar recursos do orçamento da União para a sua manutenção. O seu quadro de pessoal seria formado pelos bibliotecários

das duas Casas. A entidade seria regida por um regulamento próprio, elaborado por uma comissão mista de deputados e senadores, aprovado em sessão conjunta das duas Casas. O autor do projeto, na justificação, não nega a qualidade dos serviços prestados, mas ressalta que o valor despendido para a manutenção exigiria maior nível de excelência:

A mudança da capital federal para Brasília apresentou, como fator positivo, a localização das duas Casas Legislativas num mesmo conjunto arquitetônico.

Os contatos entre os parlamentares tornaram-se fáceis, a colaboração entre as duas comissões diretoras mais espontâneas, a emulação – em benefício dos serviços – já evidente.

A mais elementar, a mais insubstituível das assessorias para um congressista é a que os livros lhe oferecem.

Dispomos de duas boas bibliotecas no Parlamento. Com o preço que custam à nação poderiam ser muitíssimo mais eficientes.

As coleções, embora ricas, poderiam ser mais completas. As aquisições, em ritmo de atualização, mais imediatas. A pesquisa bibliográfica, que é a mais útil das colaborações, com pessoal mais numeroso.

Dois organizações paralelas fazendo o mesmo serviço exigem dois orçamentos, dois quadros de pessoal e duplicidade das coleções.

O preço dos livros vem alcançando extremos surpreendentes, sobretudo quando pago em moedas estrangeiras. Até as revistas custam, na atualidade, milhares de cruzeiros.

Não é defensável que gastemos dólares comprando as obras em duplicidade, para suprir duas bibliotecas que funcionam juntas.

Os Estados Unidos deram ao mundo exemplo de racionalização e de eficiência criando – para o seu Parlamento – uma única biblioteca.

Outras nações cultas do mundo todo, seguiram-lhe o exemplo.

Não insistamos num desperdício que nos compromete. No adiamento de uma providência que é elementar, óbvia, clamorosamente urgente (BRASIL..., 1963, p. 6341).

No entanto é oportuno enfatizar que essa concepção não é nova. Em 1919, a Comissão de Obras da Câmara dos Deputados estudou a possibilidade de edificar um

prédio onde, conjuntamente, funcionassem o Senado e a Câmara. O receio de que a construção do grande edifício gerasse vultoso acréscimo no orçamento foi amenizada pela fundamentação de que alguns departamentos, como a biblioteca e o arquivo, se ampliados, poderiam ser comuns às duas Casas (MIRANDA, 1919, p. 1760).

A ideia da criação de biblioteca única, abrangendo as duas Casas Legislativas, foi mencionada também pelo deputado Dirceu Cardoso na abertura da biblioteca em Brasília, em 1965. O parlamentar, ao ressaltar a dimensão física e o primor das instalações, assegura que ela poderia se converter na futura Biblioteca do Congresso Nacional (DISCURSOS..., 1965, p. 479).

O debate envolvendo a fusão das bibliotecas das duas Casas não estava restrito aos deputados. O senador Afonso Arinos, a despeito de considerar prematura uma decisão desse porte, reconhece a necessidade de enfrentar a situação no futuro:

[...] Também não nos escapou a possibilidade de enfrentar o delicado problema da fusão de certos serviços que sendo bipartidos, na sua apresentação atual, são, entretanto, unos na sua destinação natural, na sua destinação lógica. Por exemplo, a biblioteca. Isto foi objeto de conversas entre nós. Talvez S.Exa. esteja ao corrente que não nos escapou êste aspecto da questão. Gráfica do Senado, Biblioteca da Câmara, etc. Chegamos à conclusão, todavia, de que seria prematuro indicar qualquer solução nêste trabalho, devido à imaturidade da questão, o que talvez viesse a dificultar a aceitação de certas normas que nos pareceram convenientes.

De qualquer forma, nós, do Senado, não nos esquecemos de continuar de olho gordo na Biblioteca da Câmara. (Risos) (BRASIL..., 1965, p. 9207).

A partir desses argumentos, o deputado Laerte Vieira propôs o projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 1964, que unificaria os serviços internos do Congresso Nacional. O relator Nilo Coelho, apresentou o Substitutivo nº 178-A, de 1965, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, visto não “infringir a ordem constitucional e legal e não apresentar defeitos de técnica legislativa”, que criava a Biblioteca do Congresso Nacional. Pretendia-se, como órgão autônomo, elevá-la à categoria de Biblioteca Nacional. O documento, bastante detalhado, estipula o funcionamento, os órgãos, as finalidades, as atribuições e as competências da idealizada biblioteca, a qual seria orientada por uma comissão mista da biblioteca, com

organização geral prevista em regulamento próprio. Caberia à comissão mista a escolha do diretor da biblioteca dentre os ocupantes do cargo de diretor e de bibliotecário com curso superior de Biblioteconomia e concursado da Câmara dos Deputados e/ou do Senado Federal. No entanto, no momento anterior à constituição da comissão mista, a direção da Biblioteca do Congresso Nacional seria exercida pelo diretor da Biblioteca da Câmara (BRASIL..., 1965a, p. 10319).

Nessa dinâmica, recomendava-se a unificação por motivos de ordem técnica e econômica e por vantagens de sentido cultural. Ressaltava-se que, dentre os instrumentos demandados para a prática do bom trabalho legislativo, “nenhum supera, em importância, a biblioteca”. Repisava-se que a duplicidade de equipamentos técnicos e de aquisição de livros era inaceitável. Eram previstas melhorias tanto no serviço de referência quanto nos trabalhos de editoração de material bibliográfico:

O serviço de referência legislativa ganhará novas dimensões e melhor eficiência se realizado por um único órgão. E a Biblioteca do Congresso terá ainda condições favoráveis para executar a coordenação das publicações do Poder Legislativo, tanto do ponto de vista da racionalização do trabalho editorial, quanto da padronização do seu aspecto gráfico, e ainda de sua distribuição às entidades nacionais e estrangeiras, com que mantemos intercâmbio bibliográfico (BRASIL..., 1965c, p. 10433).

Aprovada a redação final pela Câmara, o projeto de decreto legislativo nº 178-B, de 1964, cujo relator foi Leão Sampaio, seguiu para o Senado Federal, tendo sido rejeitado em 1979 (BRASIL..., 1979, p. 3516).

### 3 OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

É a hora e a vez de oferecer um panorama do acervo raro da Câmara dos Deputados e, nessa mesma tônica, proceder a uma análise extremamente minuciosa, abrindo-se 4.600 obras e folheando-se as páginas iniciais e finais de cada uma, detectando-se os *ex libris*, carimbos, dedicatórias e assinaturas com vistas a apurar suas origens.



### 3.1 A COLEÇÃO

Para descrever a coleção, foram utilizados, como matriz, por sua excelência, os dois volumes dos catálogos de obras raras, editados pela Biblioteca da Câmara dos Deputados, elaborados com o propósito de divulgar parte da notável coleção. Foram publicados em 2000 e 2004 e descrevem 435 obras. O primeiro catálogo foi editado sob a supervisão de Briquet de Lemos, enquanto o segundo teve a introdução de Márcio Moreira Alves.

A princípio, antes de esquadrihar os dados colhidos na descrição analítica, é preciso ressaltar que a coleção de obras raras espelha manancial cultural que viabiliza a reconstrução de contextos históricos, políticos, econômicos, literários e artísticos. É fonte para a compreensão do estado da arte editorial e do conhecimento em épocas remotas.

Encontram-se fartos materiais bibliográficos de pesquisa e leitura, reunindo obras clássicas do pensamento ocidental e livros que descrevem os episódios, as figuras e os assuntos dos primórdios da história do Brasil. Inclui relatos dos viajantes estrangeiros dos séculos XVIII e XIX, com preciosas informações e imagens concernentes aos hábitos, aos costumes, aos ambientes rurais e urbanos, realçando flores, frutas e animais. Fazem parte, ainda, as primeiras edições de livros “considerados marcos da historiografia e da literatura nacionais” (CATÁLOGO..., 2000, p. 9). A coleção também inclui livros que oferecem o panorama da história do Brasil, desde o seu descobrimento até a proclamação da República, e a fixação definitiva das fronteiras nacionais. Entre as obras, consta a documentação que trata de forma direta ou indireta da escravidão de negros e de índios e das lutas contra os holandeses.

Entre as raridades, está o livro mais antigo do acervo da biblioteca, com data de 1522, intitulado *De orbis sitv* – traduzido como *Descrição do mundo* –, cujo autor é Pompônio Mela, geógrafo e escritor. “Único tratado de geografia da Antiguidade escrito em latim clássico”, o volume “situa a Terra no centro do universo e descreve regiões, costumes e artes da África, Europa e Ásia” (CATÁLOGO..., 2000, p. 13). Também é destaque a obra de Caspar Barlaeus, patrocinada pelo príncipe Maurício de Nassau, *Rervm per octennivm in Brasilia*, de 1647, um dos mais belos livros sobre o Brasil durante o período do domínio holandês no Nordeste. Possui ricas estampas e mapas gravados em cobre, em preto e branco, com páginas duplas, assinadas por Franz Post, o grande pintor que acompanhou Nassau ao Recife (LAGO; SILVA, 2009).

A resposta portuguesa ao grande livro de Barlaeus, *Istoria delle guerre del Regno del Brasile*, conhecido como Santa Teresa, traz bellssimas estampas e foi impresso em Roma em 1698. Trata-se de um trabalho suntuoso, figurando entre as duas ou três mais belas obras ilustradas sobre o Brasil publicadas no século XVII. Suas ilustrações foram feitas pelos mais famosos gravadores da época. O volume descreve a disputa entre portugueses e holandeses no Brasil. É flagrante, nos mapas, o grande escudo português, evidenciando o “domínio sobre as províncias apontadas nas cartas geográficas” (SCHWARCZ; AZEVEDO, 2003, p. 322). Outra obra de destaque é a de Simon Grynaeus, *Novvs orbis regionvm ac insvlarvm incognitarvm vma cvm tabvla cosmographica*. Ela traz um mapa emoldurado ornamentalmente, que expõe cenas com monstros marinhos e navios. A xilogravura é atribuída a Hans Holbein, o jovem. Editada na Basileia, em 1537, é considerada a “primeira história geral” das grandes navegações (BIBLIOTHECA..., 2000, p. 15).

Estão presentes obras manuscritas, a exemplo da *Chronica del Rey D. Joam I de boa memoria*, composta, em 1644, por Fernão Lopes, primeiro cronista-mor do Reino de Portugal de que se tem conhecimento. Acredita-se que o autor tenha escrito a história daquele país desde sua fundação e as crônicas de todos os seus reis até D. João I (CATÁLOGO..., 2000, p. 51).

De extrema raridade, o primeiro ato diplomático realizado em território brasileiro foi registrado na obra *Relaçam da Embayxada, que o poderoso Rey de Angome Kíay Chiri Broncom...*, publicada em 1751. O autor, José Freire de Montarroio Mascarenhas, descreve a recepção, em Salvador, da delegação de um rei da Guiné pelo vice-rei do Brasil, Luiz Peregrino de Ataíde, Conde de Atouguia (BRASIL, 1999, p. 43).

Outra obra magnífica é *Abbildungen zur Naturgeschichte Brasiliens*, com estampas coloridas referentes a espécimes da fauna brasileira. Apresenta texto explicativo em alemão e francês. De autoria do naturalista alemão Alexander Philipp Maximilian, príncipe de Wied-Neuwied, foi publicada entre 1822 e 1831.

Constam no acervo duas obras proibidas de circulação devido à censura na França. A primeira foi a “combatida, perseguida, ridicularizada e caluniada” (CATÁLOGO..., 2000, p. 165), *Encyclopédie*, 1751-1765, de Diderot e d’Alembert, (MORAES, 2006, p. 65). A segunda, de autoria do abade Guillaume Raynal (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2002, p. 274; COSTA, 1999, p. 25), *Histoire philosophique et politique*, editada em 1780, foi queimada na França no ano de 1781.

Também foi objeto de censura *O valeroso lucideno*, do frade português Manuel Calado. As observações e críticas de Calado sobre o bispo da Bahia e alguns jesuítas foram provavelmente o motivo que levou a primeira edição, de 1648, a ser censurada e inserida no *Index librorum prohibitorum*, em 1655. Apesar dessa proibição temporária, em 1668 foi novamente publicada com uma nova folha de rosto e novas licenças sobre o texto integral, não modificado, impresso em 1648. As duas edições são equivalentes e ambas muito raras (LAGO; SILVA, 2009). A edição de 1668 é a que a Biblioteca da Câmara dos Deputados possui.

O conjunto representativo da coleção preserva e disponibiliza também exemplares da legislação portuguesa, a coleção das leis do Brasil, a coleção dos diários oficiais (1862 a 1899), além dos anais e diários da Câmara dos Deputados. Dispõe, ainda, dos relatórios das províncias e dos ministérios. O acervo é rico em informações importantes, e por vezes únicas, nas áreas de conhecimento que dão suporte às discussões políticas. Uma parte significativa é utilizada em função do processo legislativo quando é necessário buscar legislações anteriores. Há, entre as preciosidades, os primeiros textos legais referentes ao Brasil, constantes da obra *Leis extravagantes: collegidas e relatadas pelo licenciado Duarte Nunez do Liam, per mandado do muito alto & muito poderoso Rei Dom Sebastiam, Nosso Senhor*, impressa na cidade de Lisboa, em 1569.

São de fundamental importância as correspondências entre o príncipe regente Dom Pedro e seu pai, Dom João VI, relatando o processo de independência e a sua decisão final de romper os laços com a Coroa portuguesa. Esses documentos possuem a etiqueta de raridade, visto terem sido impressos pelas Cortes de Lisboa para serem distribuídos “somente aos seus membros, proibida a reprodução” (CATÁLOGO..., 2004, p. 15), fato que comprova que poucos exemplares remaneceram. Assinale-se, ainda, a invariável raridade das publicações da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, fundada por João VI em 1808, logo ao desembarcar no Brasil e, ainda, a raridade das publicações da Oficina do Arco do Cego, de Lisboa, onde o frei José Mariano da Conceição Velloso fez publicar, entre 1800 e 1801, os primeiros livros didáticos destinados especificamente ao Brasil (BRASIL..., 1999).

Consta o *Memoire présenté par les États Unis du Brésil au gouvernement de la Confédération Suisse...*, de 1899, do Barão do Rio Branco, que serviu de exemplificação dos direitos brasileiros nos juízos arbitrais referentes aos limites com a

Guiana Francesa. Esse volume teve tiragem inferior a 300 exemplares. Fólio excepcionalmente grande, é a mais impressionante obra da cartografia brasileira, com cem mapas, superando o atlas de Joaquim Nabuco, apresentado para defender o Brasil na arbitragem quanto às fronteiras com a Guiana Inglesa (BRASIL..., 1999).

Editado em Bruxelas, no ano de 1903, o grande botânico brasileiro João Barbosa Rodrigues expõe, em dois volumes, um belo álbum de palmeiras intitulado *Sertum palmarum brasiliensium, ou, Relation des palmiers nouveaux du Brésil*. A publicação, que contém 174 gravuras com legendas em francês e latim, é primordial para o estudo das palmeiras brasileiras. Trata-se de trabalho gráfico de primeira ordem, tanto pelas grandes pranchas em cromolitografia quanto pela reprodução colorida das magníficas estampas, assim como pelo texto e pela notável encadernação em linho verde, sobre a qual está fixada uma placa vermelha com ilustração gravada a ouro de F. Winssaert, de Bruxelas (LAGO; SILVA, 2009).

A literatura brasileira está bem retratada na coleção. Figura a primeira edição da obra *Contrastes e confrontos*, de 1907, de Euclides da Cunha, na qual o autor apõe dedicatória a Araripe Júnior, além da série ilustrada com gravuras de tiragem limitada da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, conjugação de renomados escritores e pintores na edição de belos livros.

### 3.2 DESCRIÇÃO ANALÍTICA

Foram analisadas cerca de 4.600 obras raras correspondentes a 6.300 volumes a fim de identificar as marcas de propriedade e procedência, incluídas após a edição, constantes nos *ex libris*, carimbos, dedicatórias e assinaturas. Esse exame destina-se a mapear as principais instituições ou pessoas às quais os livros tenham pertencido antes de ingressar na Câmara dos Deputados.

*Ex libris* é a expressão latina que significa “dos livros de, da biblioteca de” e serve para designar a posse de um livro. Trata-se de selo ou etiqueta “incontestável e universal”, afixado no verso da capa, no rosto ou na página de rosto do livro, decorando-o, valorizando-o (BERTINAZZO, 2012). Compõe-se, geralmente, do nome ou das iniciais do possuidor do livro, da divisa (frase ou lema) e de uma ilustração ou brasão (MIRANDA, 2009).

Também os carimbos são utilizados com a finalidade de registro de posse. Marcam, com tinta, papéis e objetos de uso oficial e particular. Considerados marca de propriedade, os carimbos permitem identificar uma personalidade ou coleção, comprovando-se sua origem (BIBLIOTECA NACIONAL, 2001).

Registre-se que os exemplares da Biblioteca Real, trazidos por D. João VI, vieram carimbados com os dizeres “Da Real Bibliotheca”, em geral colocados na folha de rosto, demonstrando “posse e propriedade” (SCHWARCZ, 2002, p. 404).

A literatura pesquisada não registra o envio, a título de doação, de livros da Biblioteca Real para a Biblioteca da Câmara dos Deputados. Consta, no entanto, a doação de exemplares duplicados da Real para a Biblioteca Pública da Bahia. A remessa foi feita por sugestão do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos, a serviço da Coroa portuguesa no Rio de Janeiro. Registra ele em carta de 11 de julho de 1818:

Veio a verificar-se o meu projeto lembrado a princípio; pois a S. Majestade ordenou que dos livros dobrados da sua R. Bibliotheca se fizesse fornecimento de um exemplar de cada obra para a Biblioteca Pública da Bahia, combinando-se estes com os do catálogo que dali veio, de sorte que não viessem a duplicar-se, porém consistindo a remessa dos que ali não houvesse. Já para lá foram 20 caixotes, que somente compreendem o ramo da teologia; e vai-se continuando (MORAES, 2006, p. 156-157).

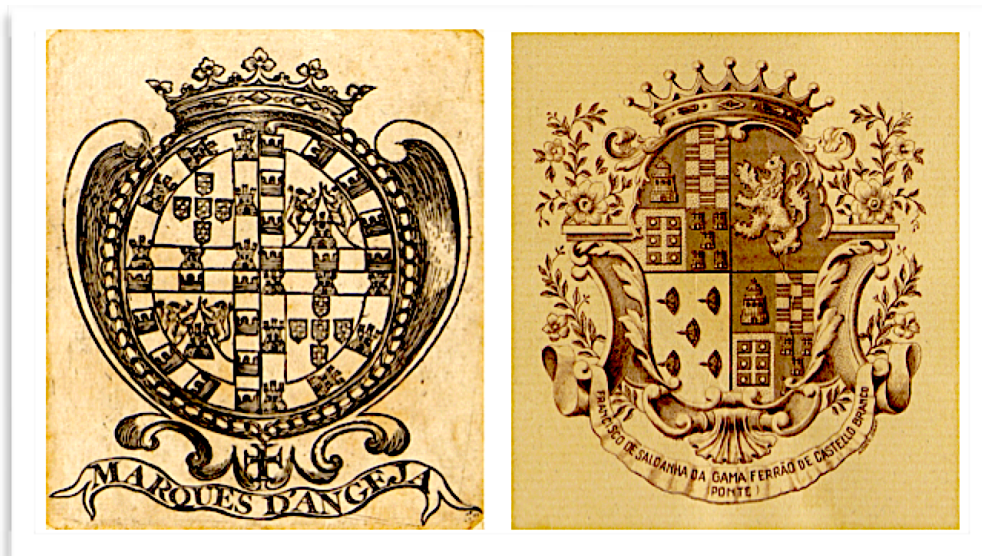
Exemplares com anotações manuscritas, como as dedicatórias de autores, de reis e de governantes, ou autógrafos de celebridades possibilitam a atribuição da procedência das obras (BIBLIOTECA NACIONAL..., 2001), testemunhando “domicílios anteriores” (BIBLIOTHECA..., 2000, p. 25). A dedicatória é uma homenagem que o autor presta a outra pessoa; é geralmente breve e fica no início do livro, antes do prefácio. As dedicatórias aqui analisadas são as pessoais e manuscritas, excluindo-se as tipográficas.

### 3.2.1 EX LIBRIS

Foram identificados 40 tipos de *ex libris*, apostos em 60 obras. Constata-se a presença de antigos proprietários nobres portugueses, a exemplo de D. Pedro António de Menezes Noronha de Albuquerque, Marquês d'Angeja (figura 1) (MARQUÊS..., 2016); de José Lúcio Travassos Valdez, Conde de Bonfim (CONDE..., 2016); de José

Manuel Braamcamp de Matos Barahona Fragoso, 3º Conde da Esperança (JOSÉ..., 2016); de Luís Vasques da Cunha Ataíde, 2º Conde de Povolide, que serviu no Brasil como capitão-general de Pernambuco e foi presidente do Senado da Câmara de Lisboa e governador do Brasil de 1769 a 1774 (AATT, 2016), figurando, emoldurado e sem assinatura, o brasão dos Cunha.

Dentre os portugueses, figuram, ainda, os *ex libris* de Francisco Marques dos Santos, numismata e antiquário erudito cujo desenho é uma zincogravura de José Washt Rodrigues (BIBLIOFILIA..., 2011); de Mathias Lima, poeta e bibliófilo, com a divisa *Vita-nobilis-et-utilis* (MATIAS..., 2016); de M. Mota Mendes; de Pedro de Carvalho Burnay; da Livraria de J. G. Mazziotti Salema Garção, engenheiro, que colecionou ao longo da sua vida verdadeiras preciosidades e reuniu uma das melhores bibliotecas de Portugal (SALEMA..., 2016); de José dos Santos, célebre livreiro (CATARINO..., 1980); de Vieira Pinto, bibliófilo; de Francisco de Saldanha da Gama Ferrão de Castello Branco, formado pela Universidade de Coimbra (figura 2) (FRANCISCO..., 1908); de Júlia Candida de Sá Barros Freire; e de José Pires dos Santos.

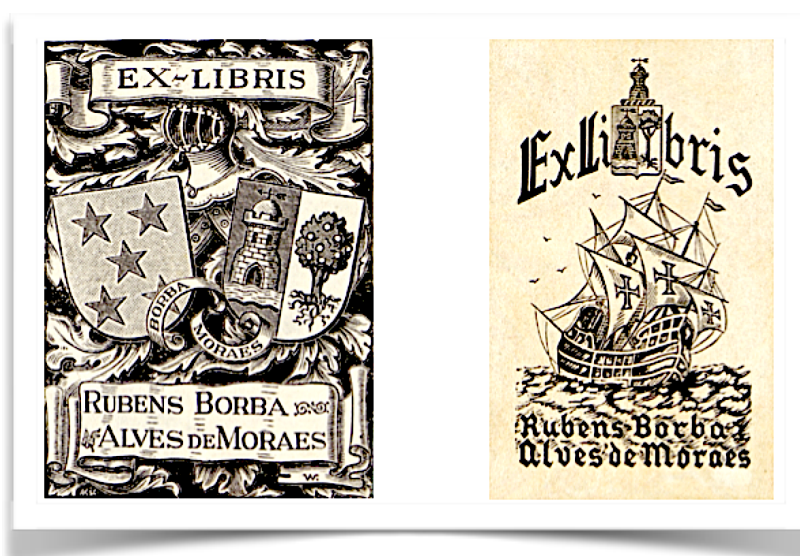


*Ex libris* do nobre português Marquês d'Angeja, título nobiliárquico a favor de D. Pedro António de Menezes Noronha de Albuquerque e, de Francisco de Saldanha da Gama Ferrão de Castello Branco.

Na coleção estão inseridos os *ex libris* de brasileiros, como o do Monsenhor Nabuco, neto de Nabuco de Araújo, com a divisa *Amor e sacrificium*. Observa-se nas obras a predominância de dicionários da língua portuguesa e de volumes meritórios

dos atlas de Joaquim Nabuco, seu pai, apresentados na defesa do Brasil no arbitramento sobre a fronteira com a Guiana Inglesa. (NABUCO, 2005).

Merecem destaque duas variantes do *ex libris* do bibliotecário Rubens Borba Alves de Moraes, reconhecido intelectual e o mais eminente estudioso da bibliografia sobre o Brasil. (MARTINS FILHO, 2008).



*Ex libris* de Rubens Borba de Moraes

Ainda, relativamente aos brasileiros, pode-se encontrar um grupo de ex-proprietários formado por: Eduardo Prado, escritor, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL), com a divisa *In angello cum libelo* (MARTINS FILHO, 2008); Olegário Marianno, deputado na Assembleia Constituinte de 1934, embaixador e membro da ABL; Nestor Marins de Braga Mello, diplomata; Alfredo Gustavo Pujol, que possuía a maior biblioteca privada de São Paulo no início do século XX, cuja divisa é *Le culte des livres console de toutes les réalités douloureuses*, ilustrado com a gravura em metal de H. Stern (MARTINS FILHO, 2008); Paulo José Pires Brandão, advogado, historiador e jornalista com a divisa *Sub lege libertas* (MARTINS FILHO, 2008); Miguel Calmon du Pin e Almeida, político e diplomata, que presidiu o conselho interino de governo da Bahia em 1823, com o *ex libris* idealizado pelo artista francês Agry (MIGUEL..., 2016); Álvaro Moreira, cronista, poeta, teatrólogo, jornalista, com o desenho de uma coruja, sem divisa (MARTINS FILHO, 2008); Ricardo Xavier da

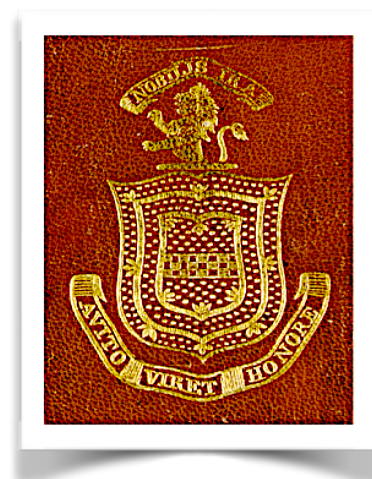
Silveira, médico e político, que registrou a divisa *Attacco la mia carretta nelle stelle*, com desenho do caricaturista Álvaro Cotrim, o Alvarus (RICARDO..., 2016, p. 260); Francisco Clementino de San Tiago Dantas (EX-LÍBRIS..., 2016), deputado federal por duas legislaturas, com a divisa *Ab multis ad unum* (BIOGRAFIA..., 2016); Adir Guimarães, militar, engenheiro e professor (MEDEIROS, 2007); Conselheiro Candido L. M. de Oliveira, deputado provincial e senador do Império do Brasil (CÂNDIDO..., 2016); Monsenhor J. B. da Mota e Albuquerque, arcebispo de Vitória, com a divisa *Glo-ri-a in Excelsis de-o* (ALBERTI, 2015, p. 56); Dr. Saboia de Medeiros, advogado, com a divisa *Ne Quid Nimis*; Clado Ribeiro de Lessa, considerado o maior estudioso da vida e obra de Francisco Adolfo Varnhagen, onde se lê *Vivere ad vitam* (SORGINE; MOTTA; GRIECO, 2008); Carlos Rizzini, jornalista (CARLOS..., 2016); de Garcia Braga, com desenho de Washt Rodrigues retratando o “Largo da Sé em 1862, visto da confluência das ruas Direita e 15 de Novembro com a antiga catedral”. (EX-LÍBRIS..., 2016).



*Ex libris* de Eduardo Prado com a divisa *In angello cum libelo* e de Alfredo Pujol onde se lê *Le culte des livres console de toutes les réalités*.

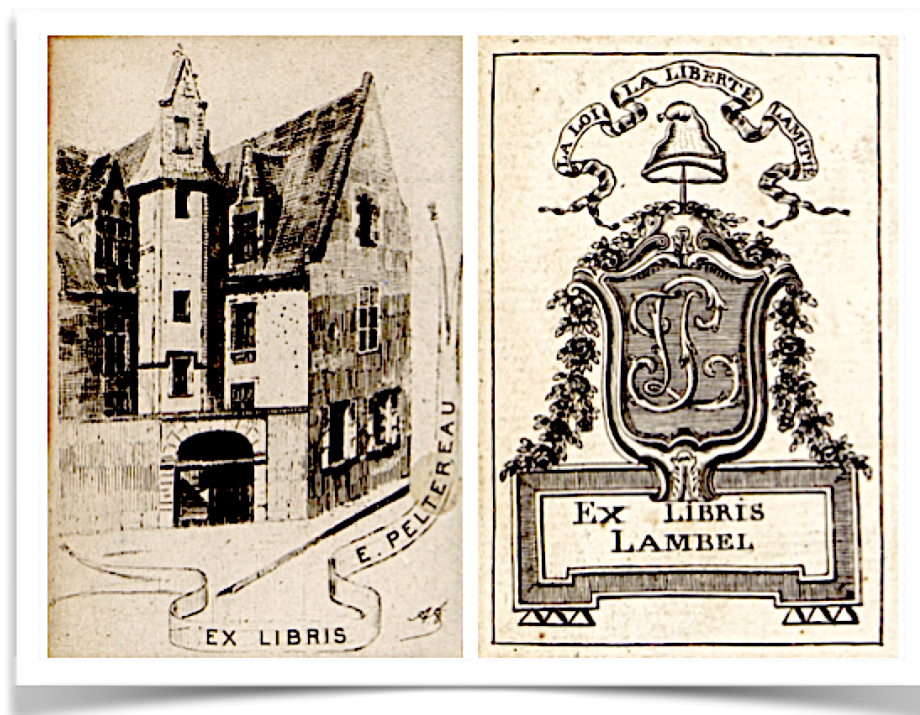
O embaixador da Inglaterra em Portugal Lord Stuart, célebre bibliófilo, instalou seu o seu *super libros*, *super libris* ou *supralibris* (BERTINAZZO, 2012), na obra *Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida*, de 1737, com a divisa *Nobilis ira avito viret honore*.

*Super libris* do Lord Stuart.





Relativamente aos franceses, figuram os *ex libris* de Ernest Peltreau, nascido em 29 de abril de 1858, em Château-Renault, e o de Lambel, com a inscrição *La Loi, la Liberté l’Amitié*. Tem-se ainda o *ex libris* institucional da *Bibliothèque Cercle Artistique et Littéraire*, no volume *Manuel du libraire et l’ amateur de livres*, editado em 1860.



*Ex libris* de E. Peltreau, sem divisa; e de Lambel, com a divisa *La Loi, La Liberté, L’Amitié*.

Restou um *ex libris* que estampa um elmo nas cores preto e branco com a divisa *Sub lege libertas* sem a devida identificação do proprietário.

### 3.2.2 Carimbos

Foram encontradas duas obras com o carimbo “Da Real Bibliotheca”: *Appendix das leys extravagantes, decretos, e avisos que se tem publicado do anno de 1747 ate o anno de 1760...*, das Ordenações Filipinas, editada no Mosteiro de S. Vicente de Fora, em 1760, e *Ordenações, e leys do reyno de Portugal, confirmadas, e*

*estabelecidas pelo senhor Rey D. João IV*, volume 5, publicado no Mosteiro de S. Vicente de Fóra, Camara Real de Sua Majestade, em 1747.

Marca em forma de carimbo “Da Real Bibliotheca”, que D. João VI trouxe de Portugal, transformada na Biblioteca Imperial e Pública, em 1822, e, em 1876, na Biblioteca Nacional, hoje Fundação Biblioteca Nacional.



Dois livros da série *O fazendeiro do Brasil*, publicada por José Mariano da Conceição Velloso, no início do século XIX, vieram da biblioteca de D. João VI, conforme pode ser constatado pelo carimbo “Bibliotecas de S. Mag. Imp. e Real”. A encadernação em couro marroquim vermelho conserva as armas de D. João VI gravadas na capa. A obra *Sciencia das sombras relativas ao desenho*, de M. Dupain de Montesson, também estampa o carimbo da Biblioteca de S. M. Imperial e Real.

Há, inclusive, um livro originário da Quinta das Lágrimas, *Chronica do muito alto, e muito esclarecido Principe D. Sebastião...*, de José Pereira Bayão, de 1730, que pertenceu a Dona Inês de Castro. (BRASIL..., 1999).

Pode-se realçar, ainda, os carimbos: Carolus IV D.G. Hispaniarum Rex/Sello Quarto, Año de mil ochocientos y uno; Bibl. Nac. e Publ. da Corte; Imperial Collegio de P. 2º, Externato; Duque de Palmela; Joaquim da Costa Ramalho Ortigão com a inscrição Montrougé Institution St. Joseph Coustodiens-Parvulos; Biblioteca do Dr. Análio de Rezende; Joaquim da Costa Ramalho Ortigão; Charles Henne-Geier; Arthur Bernardes (presidente da República). Também constam carimbos de órgãos da administração pública federal brasileira, e foram encontrados 27 carimbos da *Assembléia Nacional, Biblioteca*.

### 3.2.3 Dedicatórias

Consta a dedicatória de Euclides da Cunha a Araripe Júnior na primeira edição de *Contrastes e confrontos e Perú versus Bolívia*; de Lima Barreto a Pedro Moacyr em *Triste fim de Polycarpo Quaresma*; do Visconde de Sá da Bandeira, ex-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em *O tráfico da escravatura e o Bill de Lord Palmerston a A. J. Ramalho e Sousa*; de Manuel Duarte Moreira de Azevedo a Jacy Monteiro, na obra *Historia pátria*; de Helio Lobo, Cônsul Geral em Nova York, à Biblioteca da Câmara dos Deputados; de Olegário Mariano em sua obra *Últimas cigarras com os dizeres*: “Ao querido amigo Bicho, alma de artista num corpo de anarchista, Olegario”; de Osvaldo de Andrade na obra *Constituintes brasileiros de 1934*: “Ao prezado senhor e amigo Francisco Motta Jr. oferece como demonstração e grande simpatia, o Osvaldo Andrade”; de José Júlio Silveira Martins a Arthur Bernardes; de Carlos D. Fernandes a Santos Netto, em *Monographia de Epitacio Pessoa*; de Amelia de Resende Martins à Biblioteca da Câmara dos Deputados; de Lemos Britto: “Homenagem do autor, ao Exmo. Sr. Dr. Arthur Bernardes, eminente presidente da República, Rio, 1923”; de Alfred Marc em *Le Brésil excursion a travers ses 20 provinces*; do parlamentar João Manuel Pereira da Silva à Biblioteca da Câmara; de Epitácio Pessoa ao Supremo Tribunal Federal em *Projecto de Codigo de Direito Internacional Publico*; do deputado Candido Mendes à Câmara em sua *A Carolina, ou, A definitiva fixação de limites entre as provincias do Maranhão e de Goyaz*; de José Manoel Cardoso de Oliveira a Antonio Carlos Ribeiro de Andrada em *Actos diplomáticos do Brasil*; de Joaquim Sarmiento, senador, e de Antonio N. Guerra, tenente da guarda, em nome de Silverio Nery, governador do Amazonas, à Bibliotheca da Câmara dos Deputados nos exemplares da obra *Album do Amazonas*; de Rodrigo Octavio à Biblioteca da Câmara; de Alberto Torres a Araripe Júnior; de Raul Adalberto de Campos ao Marechal Hermes da Fonseca, presidente da República; de Faustino J. Legon a Getúlio Vargas; de José Bonifácio Lafayette de Andrada à Biblioteca da Câmara dos Deputados na obra *Constituição de 1967*, na qual constam os autógrafos dos membros da Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; de Alcides Lins a Antonio Carlos Ribeiro de Andrada; de Pedro Lessa a Araripe Júnior em sua obra *Dissertações e polemicas*; de André Rebouças ao Visconde do Rio Branco; na obra *Castrioto lusitano*, no alto da página de rosto traz: “Offo. D. Julia Montenegro”. Destaque-se a predominância de dedicatórias a Araripe Júnior, num total de 33 obras, e a Pedro Moacyr, 25.

### 3.2.4 Assinaturas

Foram levantadas 184 obras com a assinatura de Pedro Moacyr e 69 com a de Araripe Júnior. Crítico literário, Tristão de Alencar Araripe Júnior nasceu em Fortaleza e ocupou a cadeira 16 da ABL, além de ter sido consultor-geral da República de 1903 a 1911. (ARARIPE..., 2016).

Constata-se a assinatura do antigo proprietário Bartholome Sierra e anotações feitas nas margens de algumas páginas na *Respuesta al manifiesto del Reyno de Portugal*, de 1662; do Conde de Bonfim no *Pequeno catecismo histórico*, de 1846; do antigo dono na página de rosto em *Reflexoens sobre a vaidade dos homens*, de 1778; a obra de Antonio Maria Bonucci traz a assinatura do antigo proprietário na página anterior à página de rosto; de Luis Pereira Caldas em *Elementos de geometria*, de 1816; de Manuel Duarte Moreira de Azevedo em *História pátria*; de Lopes Trovão; de Aristheu Achilles; de Antonio de Macedo Costa; de Felix Caetano; de Sousa Telles; de Américo de Sousa Pinto na obra *Catalogo de uso privativo da Bibliotheca do Palacio do Cattete*; de Francisco de Brito de Freire na *Ordenações e leis do Reino de Portugal*; de Dunshee de Abranches em *A illusão brasileira*; de Antonio Joaquim Ribas em *Direito administrativo brasileiro*, de 1866; de Pontes de Miranda em sua *Fontes e evolução do direito civil brasileiro*.

Na obra de Virgílio, *Bucolicorum, eclogaex., georgicorum, libri iii.*, de 1600, foi manuscrito à tinta “Bibliotheca Colbertina”, o que revela ter sido da riquíssima Biblioteca Colbertina.

Registre-se que há um grande número de obras cujas assinaturas estão ilegíveis ou rasuradas. Isso impede identificar a quem tenham pertencido.

### 3.2.5 Coleções especiais

Há de se destacar, ao longo da história da Biblioteca da Câmara dos Deputados, a incorporação de duas coleções significativas:

– Coleção Pedro Moacyr

Adquirida em 1919 por 50:000\$000 (cinquenta contos de réis), seu proprietário foi advogado, jornalista, deputado federal por cinco legislaturas, além de diretor do jornal partidário *A Federação*. O acervo é composto de dez mil volumes, cuja maioria dos títulos refere-se ao ramo do direito, além de política, economia, história, filosofia,

sociologia e literatura. Os livros foram disponibilizados tanto na coleção de obras raras quanto no acervo geral.

– Coleção Márcio Moreira Alves

Adquirida em 1999 por cerca de 99 mil dólares, seu proprietário foi advogado, jornalista e deputado federal entre 1967 e 1968. Publicou *A velha classe*, *Tortura e torturados*, *Beabá do MEC-Usaid*, *O despertar da revolução brasileira*, *Suor e alegria*, *A força do povo* e *Teotônio: guerreiro da paz*. Compõe-se de duzentos e quinze títulos. Todos foram inseridos na coleção de obras raras. Trata-se de publicações referentes ao Brasil datadas entre 1581 e 1899.

### 3.2.6 A primeira relação recuperada de livros pertencentes à biblioteca

*A Relação dos livros pertencentes à Bibliotheca da Câmara dos Srs. Deputados*, publicada em 1872, traz a listagem dos livros incorporados ao acervo da biblioteca anteriormente a junho de 1869. É considerado o primeiro inventário físico do acervo da biblioteca encontrado. No documento estão registrados cerca de 65 títulos de livros, cuja área de predominância é o direito, seguidos por história, economia e estatística. Constam, ainda, cinco dicionários da língua portuguesa. (BRASIL..., 1874)

Ao fazer um confronto dessa relação com o sistema de gerenciamento da biblioteca, o *Automated library expandable program (Aleph)*, depreende-se que 26 títulos fazem parte da coleção de obras raras; 2 do acervo geral; e 37 não foram localizados.

As obras que possuem o carimbo “Da Real Bibliotheca”, *Appendix das leys extravagantes, decretos, e avisos...* e *Ordenações, e leys do reyno de Portugal...*, constam desta listagem.

## 4 CONCLUSÃO

A Biblioteca da Câmara dos Deputados acompanhou a evolução histórica da instituição. Visto ter sido provavelmente iniciada em 1823, a origem dos serviços de biblioteca remonta ao século XIX, nos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. A biblioteca, apesar de não ter contado com acervo próprio, já gozava de um serviço de informação. Como se vê, desde esta época,

evidenciava-se a importância dos livros, reconhecida pelo Poder Imperial, para o funcionamento do Poder Legislativo brasileiro na composição de leis e decretos.

No tocante à constituição do acervo, ao longo da trajetória da Biblioteca da Câmara dos Deputados, foram adquiridas coleções particulares inteiras, raridades avulsas doadas por particulares, além de terem sido realizadas compras ou intercambiadas obras entre bibliotecas. Tal modo de ampliar o acervo decorreu de fatores diversos, como a vontade própria de doadores individuais ou de responsáveis por bibliotecas institucionais, de compras regulares ou do oferecimento à Câmara dos Deputados de notícia de disponibilização, mediante pagamento, de bibliotecas individuais.

Com efeito, é possível asseverar que as riquezas bibliográficas da Biblioteca Pedro Aleixo foram acumuladas, principalmente, por exemplares que integravam bibliotecas próprias de figuras políticas brasileiras, adquiridas, mediante compra, como Pedro Moacyr e Márcio Moreira Alves. Coincidentemente, esses dois homens públicos, cariocas, colecionadores de obras, possuíam formação em direito e jornalismo e foram parlamentares pela Câmara dos Deputados.

Relativamente aos carimbos, foram encontrados dois títulos marcados com o símbolo da “Da Bibliotheca Real”. Ao confrontar a primeira listagem encontrada de livros da Biblioteca, considerada o núcleo-mor, ou o suposto primeiro inventário físico referente ao acervo da biblioteca anterior a junho de 1869, constam as mesmas obras. Isso pode comprovar a origem dessas obras e nos leva a crer que possam ter sido incorporadas durante os trabalhos da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Destaque-se também os dois carimbos “Bibliotecas de S. Mag. Imp. e Real”, como tendo pertencido a D. João VI.

Ora, se em um universo de cerca de quatro mil e seiscentos títulos foram identificados apenas dois, tanto raros como belos, com o carimbo “Da Bibliotheca Real”, é de se assentar, nesse juízo, que a coleção de obras raras da Biblioteca da Câmara dos Deputados não se originou da Real Biblioteca, hoje Fundação Biblioteca Nacional brasileira.

Com relação aos *ex libris*, observa-se a predominância de brasileiros – políticos, escritores, bibliófilos e intelectuais – e de portugueses, entre eles os detentores de títulos de nobreza e os bibliófilos, além de franceses e de um inglês.

Sob a perspectiva de gênero, entre os 40 *ex libris* levantados, percebe-se a presença de apenas uma mulher, a portuguesa Júlia Cândida de Sá Barros Freire, denotando sobremaneira a prevalência masculina no âmbito do ex-librismo.

É de se avivar as dedicatórias, de Euclides da Cunha e de Lima Barreto a Araripe Júnior e, entre as assinaturas, quantidade expressiva pertencente aos ex-proprietários Pedro Moacyr e Araripe Júnior.

Recomenda-se a inserção dos dados colhidos na descrição analítica, a saber, *ex libris*, carimbos, dedicatórias e assinaturas no sistema de gerenciamento da biblioteca com a finalidade de conferir completude informacional ao *software* e conseqüentemente beneficiar o usuário.

É de suma importância destacar, a partir do conhecimento da história da biblioteca, quatro referências de grande relevância. A primeira alude à tentativa de fusão da Biblioteca da Câmara dos Deputados com a do Senado Federal, para criar a Biblioteca do Congresso Nacional. Registre-se que, na década de sessenta, o tema foi objeto de constantes debates no Plenário, culminando na elaboração de um regimento, em 1965, para disciplinar seu funcionamento. Esse movimento é mencionado com certa regularidade nos dias atuais.

O segundo assunto, debatido à exaustão no Plenário, foi a afiliva necessidade de liberação do empréstimo de livros aos deputados. Apegada por longo período às mesmas normas de funcionamento, em 1955 a biblioteca finalmente passou a oferecer o serviço. Note-se que, à época, as bibliotecas da administração pública federal já emprestavam material bibliográfico.

Lamentável por sinal, o terceiro fato, ocorreu em decorrência da censura durante o Estado Novo, pois a ingerência do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) extirpou e danificou o acervo da biblioteca da Câmara dos Deputados, como forma de controle da informação, em quantidade elevada de obras, consideradas perigosas.

Um quarto fator, finalmente, merece ser trazido à baila. Com um acervo inicial de 65 títulos em 1869, e 169.000 em 1965, coube à biblioteca um amplo espectro de atribuições, como, por exemplo, repertoriar as leis, compilar as biografias dos deputados, distribuir as publicações oficiais da Câmara dos Deputados, cuidar da encadernação, conservação e fotorreprodução de obras e realizar exposições temáticas. Excluindo-se as atividades do arquivo – cuja separação de atividades

realizou-se em 1865 –, todas as outras competências afetas à gestão da informação eram tradicionalmente exercidas pela biblioteca, unidade administrativa bastante ativa no tocante aos méritos e problemas apresentados.

Valendo-se deste lineamento, é possível pinçar as visões críticas sobre a biblioteca, desde a República até sua abertura, no Anexo 2, em Brasília, no ano de 1965, nos discursos proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados: “a nossa matéria financeira está muito atrasada e que a nossa Bibliotheca, em assumpto de Direito Mercantil, é de uma pobreza jóbica” (deputado Pereira Lima); “graças a Deus, a biblioteca desta Casa possui livros de que me servirei para uma consulta ligeira e, ao mesmo tempo, para trazer os seus autores à colação no presente debate” (deputado Prado Kelly); “cêrca de 700 volumes foram levados da Biblioteca da Câmara dos Deputados [pelo DIP]” (deputado José Bonifácio); “uma das melhores do Continente, em seu gênero” (deputado Munhoz da Rocha); “acredito que a Biblioteca da Câmara dos Deputados seja a única, de certa importância, em que o leitor não pode levar livro para casa” (deputado Monteiro de Castro); “praticamente, na legislatura passada, podia-se dizer que a biblioteca era coisa extinta nesta Casa” (deputado Aliomar Baleeiro); “a biblioteca tem de ser órgão [...] vivo de consulta (deputado Gurgel do Amaral); “desejo ainda mais que a Biblioteca da Câmara dos Deputados não seja um patrimônio estanque, patrimônio até certo ponto egoísta, que fique limitado apenas à consulta dos Srs. Deputados” (deputado Fernando Ferrari); é considerada o “principal assessor legislativo” dos parlamentares, “nossos aplausos e louvores ao pessoal da biblioteca desta Casa, quando organiza, publica e distribui o boletim comemorativo do nascimento de Clóvis Bevilacqua” (deputado Geraldo Guedes); “como pode o Legislativo funcionar [...] sem biblioteca [...]?” (deputado Herbert Levy); “a mais elementar, a mais insubstituível das assessorias para um congressista é a que os livros lhe oferecem” (deputado Newton Carneiro); a construção do edifício da biblioteca é a “obra mais importante que já se realizou nesta Casa” (deputado Padre Nobre); “onde não faltam sequer as obras dos filósofos gregos em edições na língua original” (deputado Lourival Batista); “temos agora biblioteca: próxima, organizada, acolhedora [...], uma autêntica biblioteca” (deputado Brito Velho); “lugar tranquilo, onde a sabedoria antiga e nova se encontra (*sic*) à disposição de quem dela tenha fome” (deputado Antônio Godinho).



## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Gabriel Richi. **In sinu Populli Dei**: espiritualidad presbiteral tras los pasos del Vaticano II. Madrid: Ed. Univ. San Dámaso, 2015. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=hU-ICgAAQBAJ&pg=PA56&lpq=PA56&dq=Mons+J.+B.+Mota&source=bl&ots=-uEZSceqX&sig=0\\_Tnd-4yj3bmyB-q0RUwsRW3WXk&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwix5mw9J3MAhWMIpAKHVQmB4gQ6AEIHDA#v=onepage&q=Mons%20J.%20B.%20Mota&f=false](https://books.google.com.br/books?id=hU-ICgAAQBAJ&pg=PA56&lpq=PA56&dq=Mons+J.+B.+Mota&source=bl&ots=-uEZSceqX&sig=0_Tnd-4yj3bmyB-q0RUwsRW3WXk&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwix5mw9J3MAhWMIpAKHVQmB4gQ6AEIHDA#v=onepage&q=Mons%20J.%20B.%20Mota&f=false)>. Acesso em: 25 abr. 2016.

ARARIPE Júnior: biografia. **Academia Brasileira de Letras**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/araripe-junior/biografia>>. Acesso em: 6 maio 2016.

BATISTA, Lourival. Comunicação. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 ago. 1965. Seção 1, p. 6846.

BENÇÃO das bibliotecas. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 647, set./dez. 1965.

BERTINAZZO, Stella Maris de Figueiredo et al. **Ex libris**: pequeno objeto do desejo. Brasília: EdUnB, 2012. 405 p.

BIBLIOFILIA: *ex libris* na BRG. **Biblioteca Rodolfo Garcia Informa**, v. 6, n. 1, jan./fev. 2011. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/media/Bibliofilia%20Ex-Libris.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras. Planor. **Critérios de raridade [e] Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN)**: séculos XV e XVI. Rio de Janeiro: FBN, [2001?]. 1 CD-ROM: il., color.

BIBLIOTHECA universitatis: livros impressos dos séculos XV e XVI do acervo bibliográfico da Universidade de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

BICHARA, Ivan. Comunicação. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 18 set. 1956. p. 8312.

BIOGRAFIA de San Tiago Dantas. **Câmara dos Deputados**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1960-69/biografia-san-tiago-dantas>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BORGES, Jorge Luis. **Cinco visões pessoais**. tradução de Maria Rosinda Ramos da Silva. 3.ed. Brasília: EdUnB, 1996?. 53 p.

\_\_\_\_\_. O livro. **Humanidades**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 15–18, out./dez. 1982.

BORTOLETTO, Maria Élide; Sant'Anna, Marilene Antunes. A história e o acervo das obras raras da Biblioteca de Manguinhos. **Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 187–203, abr. 2002.

BRASIL. Decreto n.º 3.891, de 26 de novembro de 1919. Autoriza a Mesa da Câmara a adquirir a bibliotheca que pertenceu ao ex-Deputado Dr. Pedro Gonçalves Moacyr. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 28 nov. 1919a, p. 17095.

BRASIL. Portaria n.º 1 de 23 de maio de 1823. **Diário do Governo**, Rio de Janeiro, 4 jun. 1823. [Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil]

BRASIL. Congresso. Comissão Mista Encarregada de Estudar a Reforma do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e das Instituições Políticas do País. 4. reunião realizada em 21 de outubro de 1965. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 29 out. 1965. Seção 1, p. 9207.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. [Ata da] Sessão de 13 de agosto de 1823. In: BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, DF, 13 ago. 1823. p. 584.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Ato da Mesa n. 1 de 1966. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 jun. 1966. Seção 1, p. 4078.

\_\_\_\_\_. Ato da Mesa n. 125 de 2013. **Diário da Câmara dos Deputados**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 dez. 2013. Supl., p. 29.

\_\_\_\_\_. Parecer n. 20 de 1905. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 19 jul. 1905. p. 592.

\_\_\_\_\_. Parecer n. 25 de 1901. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 3 jul. 1901. p. 726–727.

\_\_\_\_\_. **Pareceres e ordens da Comissão de Policia concernentes a organização e regimen da Secretaria da Camara dos Srs. Deputados**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1871.

\_\_\_\_\_. **Processo nº 115.645, de 17/5/1999.** Classificação: Recursos Informativos, Gestão da documentação e informação, seleção e aquisição de publicações e informações. Origem interna. Interesse particular. Nome: Marcio Moreira Alves. *Status*: arquivado em 18 jun. 2004.

\_\_\_\_\_. Projeto de Decreto Legislativo n. 39 de 1963. Institui a Biblioteca do Congresso. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 7 set. 1963. Seção 1, p. 6341.

\_\_\_\_\_. Projeto de Decreto Legislativo n. 178-A de 1964. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 30 nov. 1965a. Seção 1, p. 10319.

\_\_\_\_\_. Projeto de Resolução n. 249-A de 1952. Dispõe sobre o uso dos livros da biblioteca pelo deputado. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 18 nov. 1952. p. 12988.

\_\_\_\_\_. Projeto de Resolução n. 249-A de 1952. Dispõe sobre o uso dos livros da biblioteca pelo deputado. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 9 maio 1953. p. 1740, 3731.

\_\_\_\_\_. Projeto de Resolução n. 40 de 1947-1948. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 24 jan. 1948. p. 844.

\_\_\_\_\_. Projeto n. 3.257 de 1965. Autoriza a frequência dos estudantes de Brasília às bibliotecas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 out. 1965b. Seção 1, p. 8661.

\_\_\_\_\_. Projeto n. 325 de 1919. Autoriza a Mesa da Câmara dos Deputados a adquirir a biblioteca que pertenceu ao ex-deputado Pedro Gonçalves Moacyr; com parecer da Comissão de Polícia, favorável á Indicação n. 1. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 11 set. 1919. p. 2144.

\_\_\_\_\_. Projetos de lei arquivados de acordo com o art. 104 do Regimento Interno. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 mar. 1967. Seção 1, p. 563.

\_\_\_\_\_. **Regulamento da Secretaria da Câmara dos Deputados:** de acordo com a deliberação de 28 de dezembro de 1907. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. 34 p.

\_\_\_\_\_. **Regulamento da Secretaria da Câmara dos Deputados de 9 de outubro de 1937.** Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1937.

\_\_\_\_\_. Relatório dos trabalhos da Câmara em 1965. **Diário do Congresso Nacional, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 dez. 1965c. p. 10433.**

\_\_\_\_\_. Relatório [dos trabalhos em 1955]. **Diário do Congresso Nacional, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 16 dez. 1955. Seção 1, p. 9321.**

\_\_\_\_\_. **Relatorio e synopse dos trabalhos da Camara dos Srs. Deputados: na 1ª e 2ª sessão do anno de 1877, acompanhada de diferentes documentos, e mappas estatisticos, organizados na Secretaria da mesma Camara.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1878.

\_\_\_\_\_. **Relatorio e synopse dos trabalhos da Camara dos Srs. Deputados: na 1ª e 2ª sessão do anno de 1879.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1880.

\_\_\_\_\_. **Relatorio e synopse dos trabalhos da Câmara dos Srs. Deputados: na sessão do anno de 1874, acompanhada de diferentes documentos e mapas estatísticos, organizados na Secretaria da mesma Camara.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/26040>>. Acesso em: 3 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatorio e synopse dos trabalhos da Câmara dos Srs. Deputados: na sessão do anno de 1875, acompanhada de diferentes documentos e mapas estatisticos, organizados na Secretaria da mesma Camara.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1876.

\_\_\_\_\_. **Relatorio e synopse dos trabalhos da Camara dos Srs. Deputados: nas sessões do anno de 1882, acompanhada de diferentes documentos, quadros estatisticos e informações, organizados na Secretaria da Camara dos Deputados.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883.

\_\_\_\_\_. **Relatorios e synopses dos trabalhos parlamentares da Câmara dos Srs. Deputados: organizados na Secretaria da mesma Camara, 1869–1874.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1874.

\_\_\_\_\_. Resenha da correspondência recebida. **Diário do Congresso Nacional, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 maio 1979. Seção 1, p. 3516.**

\_\_\_\_\_. Resenha dos trabalhos da Câmara em 1935. **Diário do Poder Legislativo, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 3 jan. 1936. p. 10571–10572.**

\_\_\_\_\_. [Resenha dos trabalhos de 1947]. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 16 dez. 1947. p. 8898.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 20 de 1971. Dispõe sobre a organização administrativa da Câmara dos Deputados e determina outras providências. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 1 dez. 1971. Seção 1, Suplemento, p. 1.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 27 de 1955. Altera a organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, modifica o seu quadro de pessoal e dá outras providências. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 23 jun. 1955a. Seção 1, p. 3475.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 67 de 1962. Reestrutura os serviços da Secretaria da Câmara dos Deputados e dá outras providências. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 maio 1962. Seção 1, p. 2272 (arts. 29 e 31).

\_\_\_\_\_. Resoluções da Assembléa para José Bonifácio de Andrada e Silva.  
In: BRASIL. Congresso. **Annaes do Parlamento Brasileiro**: Assembléa Constituinte, 1823. Sessão de 12 de maio de 1823. Rio de Janeiro: Typ. Imperial Instituto Artistico, 1874. v. 1, p. 46. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8567/Anais\\_1823\\_v1.pdf?sequence=2](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8567/Anais_1823_v1.pdf?sequence=2)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Synopse dos trabalhos da Camara dos Srs. Deputados**: relativos ao anno de 1919, acompanhados de diferentes documentos, organizada na Secretaria da mesma Camara. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

\_\_\_\_\_. [Sinopse dos trabalhos da Câmara dos Deputados em 1907]. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 31 dez. 1907. p. 4122.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão de Transferência para Brasília. Ata da 6a. Reunião realizada em 19 de novembro de 1959. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 2 dez. 1959. Seção 1, p. 9179.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Diretoria Legislativa. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. **Política de desenvolvimento de coleções**: instituída pela Portaria nº 394/2013 para a Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados/Ed. Câmara, 2014.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno da Biblioteca**. Brasília: Câmara dos Deputados/Ed. Câmara, 2014.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Secretaria. Diretoria Geral. Coordenação de distribuição das publicações da Câmara dos Deputados. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 jun. 1964. Seção 1, p. 4879.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 159 de 13 de abril de 1960. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 14 abr. 1960. Seção 1, p. 2694.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 1 de 23 de abril de 1960. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 maio 1960a. Seção 1, p. 2733.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Secretaria. Diretoria do Expediente. Seção do Expediente. Ofício n. 1.020 de 10 de julho de 1959. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 16 jul. 1959. Seção 1, p. 6750.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Secretaria. Biblioteca. Plano de reorganização da Biblioteca da Câmara dos Deputados. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 13 mar. 1953. p. 1739–1741.

CAMPBELL, James W. P. **A biblioteca**: uma história mundial. São Paulo: Ed. Sesc São Paulo, 2015.

CÂNDIDO Luís Maria de Oliveira. **Wikipedia**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A2ndido\\_Lu%C3%ADs\\_Maria\\_de\\_Oliveira](https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A2ndido_Lu%C3%ADs_Maria_de_Oliveira)>. Acesso em: 22 abr. 2016.

CARLOS Rizzini. **Fenix Liber**. Disponível em: [http://fenix-liber.blogspot.com.br/2014\\_12\\_01\\_archive.html](http://fenix-liber.blogspot.com.br/2014_12_01_archive.html)>. Acesso em: 18 ago. 2016.

CARTA do editor. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 239, jul./dez. 1962.

CASTRO, Monteiro de. Discurso. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 24 abr. 1951. p. 2336–2339.

CATÁLOGO de obras raras da Biblioteca da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados/Coord. Publicações, 2000.

CATÁLOGO de obras raras da Biblioteca da Câmara dos Deputados: Brasil por escrito. Brasília: Câmara dos Deputados/Coord. Publicações, 2004. 254 p.

CATARINO, Maria de Lurdes. **Os ex libris portugueses da coleção João Jardim de Vilhena da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Univ. de Coimbra, 1980. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=>

EZbJ5ltyi3kC&pg=PA5&lpg=PA5&dq=Os+ex-libris+portugueses+da+colec%C3%A7%C3%A3o+Jo%C3%A3o+Jardim+de+Vilhena,+da+Biblioteca&source=bl&ots=k3QsoepBYA&sig=2ueb2QXCzZ-PpvbmUaAWQ3EtUpc&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjQmYyrw6LMAhXMhpAKHXDIDMUQ6AEIHDA#v=onepage&q=Jos%C3%A9%20dos%20Santos&f=false>. Acesso em: 19 abr. 2016.

CAVALCANTI, Lima. Discurso. In: BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (1946). **Anais da Assembleia Nacional Constituinte**. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1948. v. 10, p. 54.

CONDE de Bonfim. **Arquipelagos**. Disponível em: <<http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/imagePopUp.php?details=1&id=23625>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: Fund. Ed. UNESP, 1999.

DIRETRIZES para planejamento de digitalização de livros raros e coleções especiais. Netherlands: IFLA, 2015. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/rare-books-and-manuscripts/rbms-guidelines/guidelines-for-planning-digitization-pt.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

DISCURSOS sobre o novo edifício da Biblioteca. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 479, 483, maio/ago. 1965.

DISCURSOS sobre o novo edifício da Biblioteca. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 648-649, set./dez. 1965a.

EX-LÍBRIS brasileiros. Disponível em: <[http://www.brasilcult.pro.br/ex\\_libris/catalogo\\_lista.htm](http://www.brasilcult.pro.br/ex_libris/catalogo_lista.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2016.

FALCÃO, Negreiros. Discurso. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 28 jan. 1948. p. 950.

FARACO, Daniel. Discurso. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 15 maio 1953. p. 4001.

FELICIANO, Lincoln. Comunicação. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 21 set. 1957. Seção 1, p. 7506.

FERRARI, Fernando. Discurso. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 12 ago. 1952. p. 8027.

FRANCISCO de Saldanha da Gama Ferrão de Castello Branco In: ANNUARIO de Moçambique. [Rio de Janeiro]: Impr. Nacional, 1908. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=wEEMAQAIAAJ&dq=Anuario+Prov%C3%ADncia+de+Mo%C3%A7ambique+Francisco+Saldanha+Gama+Ferr%C3%A3o+Castello+Branco&focus=searchwithinvolume&q=Francisco+Saldanha+Gama+Ferr%C3%A3o+Castello+Branco>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A Câmara dos Deputados**: síntese histórica. Brasília: Câmara dos Deputados/Coord. Publicações, 1976.

GODINHO, Antônio de Oliveira. Discurso do deputado Padre Godinho depois de benzer as novas instalações da Biblioteca. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 646, set./dez. 1965.

GUEDES, Geraldo. Comunicação. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 16 out. 1959. Seção 1, p. 7378.

\_\_\_\_\_. Comunicação. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 ago. 1965. Seção 1, p. 6121.

HERKENHOFF, Paulo. **Biblioteca Nacional**: a história de uma coleção. Rio de Janeiro: Salamandra, 1996.

HISTÓRICO: Biblioteca Pedro Aleixo. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/biblioteca/biblioteca/bibhist.html>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

JOSÉ Manuel Braamcamp de Matos Barahona Frago, 3<sup>o</sup> Conde da Esperança. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$cuba-\(alentejo\),3](http://www.infopedia.pt/$cuba-(alentejo),3)>. Acesso em: 27 abr. 2016.

KELLY, Prado. Discurso. In: BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (1946). **Anais da Assembleia Nacional Constituinte**. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1949. v. 21, p. 83.

LAGO, Pedro Corrêa do; SILVA, Ruy Souza e (org.). **Brasiliana Itaú**: uma grande coleção dedicada ao Brasil. São Paulo: Capivara, 2009. 707 p.

LEVY, Herbert. Discurso. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 jun. 1960. Seção 1, p. 3756.



LIMA, Pereira. [Discurso para encaminhamento de discussão de projeto de Resolução n. 12 de 1935]. **Diário do Poder Legislativo**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 28 dez. 1935. p. 10015.

LIVRO do centenário da Câmara dos Deputados: 1826–1926. Rio de Janeiro: Emp. Brasil, 1926. 3 v.

LIVROS que abalaram o mundo. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 447, maio/ago. 1965.

LUÍS Vasques da Cunha Ataíde. Disponível em: <<http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1656>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

MACHADO, Andrada. Comunicação. In: BRASIL. Congresso. **Annaes do Parlamento Brasileiro**: Assembléa Constituinte, 1823. Sessão de 10 de maio de 1823. Rio de Janeiro: Typ. Imperial Instituto Artístico, 1874. v. 1, p. 45. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8567/Anais\\_1823\\_v1.pdf?sequence=2](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8567/Anais_1823_v1.pdf?sequence=2)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MARQUÊS d'Angeja. **Wikipedia**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Marqu%C3%AAAs\\_de\\_Angeja](https://pt.wikipedia.org/wiki/Marqu%C3%AAAs_de_Angeja)>. Acesso em: 19 abr. 2016.

MARTINS FILHO, Plínio (org.). **Ex libris**: coleção livraria Sereia de José Luís Garaldi. Cotia, SP: Ateliê ed., 2008.

MATIAS de Lima. **Wikipedia**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Matias\\_de\\_Lima](https://pt.wikipedia.org/wiki/Matias_de_Lima)>. Acesso em: 19 abr. 2016.

MEDEIROS, Benício. Um caçador de autógrafos. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 123, p.113–120, 2007

MENDES, Odorico. Parecer da Comissão da redacção do *Diario*. **Annaes do Parlamento Brasileiro**, t. 2, p. 99–100, 20 maio 1826.

MIGUEL Calmon du Pin e Almeida. **Wikipedia**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel\\_Calmon\\_du\\_Pin\\_e\\_Almeida](https://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_Calmon_du_Pin_e_Almeida)>. Acesso em: 5 abr. 2016.

MIRANDA, Camila Santos. **Ex libris**: uma perspectiva histórica e contemporânea. 2014. 93 f., il. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – UnB, Brasília, 2009. disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9326/1/2009\\_CamilaSantosMiranda.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9326/1/2009_CamilaSantosMiranda.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2016.

MIRANDA, Veiga. Discurso. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 28 ago. 1919, p. 1760.

MONTORO, Franco. Comunicação. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 30 ago. 1963. Seção 1, p. 5974.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas do Brasil colonial**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

NABUCO, Joaquim. **Diários**: Joaquim Nabuco. [Rio de Janeiro; Recife]: Bem-Te-Vi ; Massangana, [2005].

NEIVA, João. Discurso. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 31 out. 1902, p. 3984.

NOBRE, Padre. Comunicação. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, 7 ago. 1965. Seção 1, p. 6165.

NOTICIÁRIO. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 341, jul./dez. 1960.

NOTICIÁRIO. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 454, jul./dez. 1962.

NOTICIÁRIO. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 309, jan./jun. 1963.

NOTICIÁRIO. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 467, maio/ago. 1965.

OBRAS raras. Brasília: Câmara dos Deputados/Ed. Câmara, 2015. 4 p. em 1 f. dobrada: il.

OLIVEIRA, Eurico Jacy Monteiro de. Os serviços internos da Câmara: these relatada pelo director do Serviço de Tachygraphia, **Dr. Eurico Jacy Monteiro de Oliveira**. In: LIVRO do centenário da Câmara dos Deputados: 1826-1926. Rio de Janeiro: Emp. Brasil, 1926. v. 2, p. 551-585.

ORDEM do Dia. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 7 jul. 1901, p. 788.

PEREIRA, José Mário. Das fontes para o estabelecimento de preços: relatório. In: BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Processo nº 115.645, de 17/5/1999**.

Classificação: Recursos Informativos, Gestão da documentação e informação, Seleção e aquisição de publicações e informações. Origem interna. Interesse particular. Nome: Marcio Moreira Alves. *Status*: arquivado em 18 jun. 2004.

PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. **Que é livro raro?**: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

\_\_\_\_\_. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena Toledo Costa de (org.). **Ciência da informação**: múltiplos diálogos. Marília, SP: Oficina Univ. Unesp, 2009. p. 31-44. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen\\_e%20book.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2015.

PONTES, Eloy. Ofício. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 15 jun. 1948. p. 4412.

PRESIDENTES da Câmara dos Deputados: 26<sup>o</sup>, José Bonifácio. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 31, jan./abr. 1969.

PUBLICAÇÕES da Cepal existentes na Biblioteca da Câmara dos Deputados. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 597-608, set./dez. 1965.

RAMOS, Paula. Questão de ordem. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 4 jul. 1901. p. 750.

REORGANIZAÇÃO da Secretaria desta Câmara. **Annaes do Parlamento Brasileiro**, t. 3, p. 282, 28 jul. 1864.

RICARDO Xavier da Silveira. **Revista Genealógica Brasileira**, v. 3-4, p. 260. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=6N8RAAAAIAAJ&q=Ricardo+Xavier+Silveira+biografia&dq=Ricardo+Xavier+Silveira+biografia&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiS8cbi0prMAhUKE5AKHVi0B44Q6AEIJTAA>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil. O espelho do tempo: uma viagem pelas estantes do acervo de obras raras da Biblioteca de Manguinhos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 180-194, set./dez. 2007.

\_\_\_\_\_; RAMOS, Carolina. Na busca por obras raras, não existem fronteiras. **ComCiência**, Campinas, n. 127, abr. 2011. Disponível em: <<http://comciencia.scielo.br/>

scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1519-76542011000

300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 abr. 2016.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. **Livros raros na Universidade de Caxias do Sul:** identificação e catalogação descritiva. Caxias do Sul: Univ. Caxias do Sul, 2007. 142 p.

SALEMA Garção. **Arquivo da Universidade de Coimbra.** Disponível em: <<http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=134942>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SANTOS, Rui. Questão de ordem. In: BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte (1946). **Anais da Assembleia Nacional Constituinte.** Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1950. v. 22, p. 179-180.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar de. **O livro dos livros da Real Biblioteca.** São Paulo: Fund. Odebrecht, 2003.

\_\_\_\_\_; AZEVEDO, Paulo Cesar de; COSTA, Angela Marques da. **A longa viagem da biblioteca dos reis:** do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. 554 p.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Ofício. In: BRASIL. Congresso. **Annaes do Parlamento Brasileiro:** Assembléa Constituinte, 1823. Sessão de 30 de maio de 1823. Rio de Janeiro: Typ. Imperial Instituto Artístico, 1874. t. 1, p. 139. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8567/Anais\\_1823\\_v1.pdf?sequence=2](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8567/Anais_1823_v1.pdf?sequence=2)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena Toledo Costa de. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Ciência da informação:** múltiplos diálogos. Marília: Oficina Univ. Unesp, 2009. p. v-viii. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen\\_e%20book.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2015.

SILVA NETO, Casimiro Pedro. **A construção da democracia:** síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das Assembleias Nacionais Constituintes do Congresso Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados/Coord. Publicações, 2003.

\_\_\_\_\_. **A história do Arquivo, da Biblioteca e do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.** Brasília: [S.n.], 2007. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/28200>>. Acesso em: 11 maio 2016.

SORGINE, Juliana; MOTTA, Lia; GRIECO, Bettina. **Salvemos Ouro Preto**: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949–1950. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008. 344 p. (Série Pesquisa e Documentação do Iphan; 2). Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc2\\_SalvemosOuroPreto\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc2_SalvemosOuroPreto_m.pdf)>. Acesso em: 11 maio 2016.

VELHO, Brito. Comunicação. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 ago. 1965. Seção 1, p. 6302.

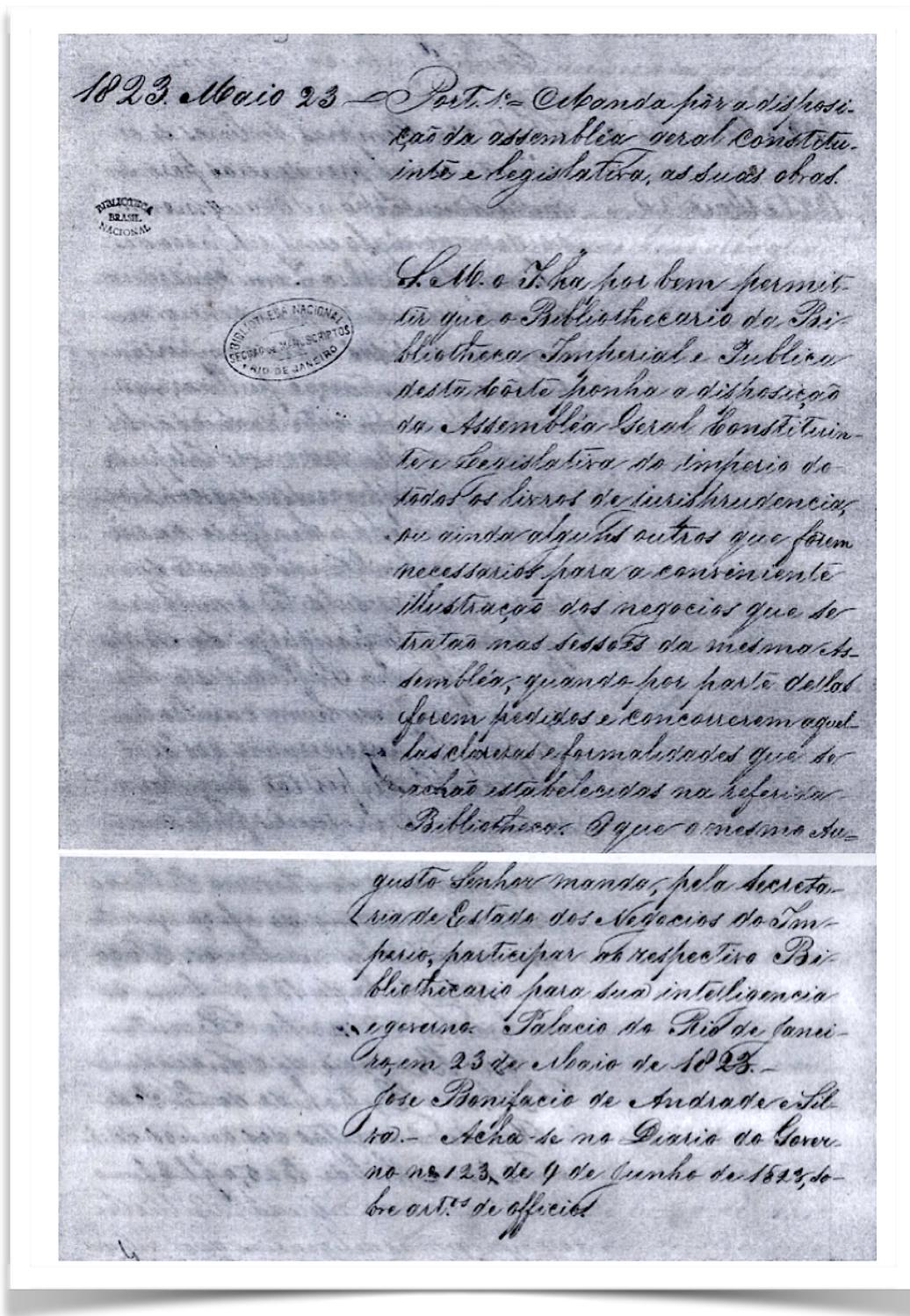
VERGUEIRO, Nicolau. [Comunicação]. In: BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, DF, 12 ago. 1823. p. 569.

VIEIRA, José. A Câmara na Cadeira Velha, Monroe e Bibliotheca Nacional: these especialmente escripta por José Vieira, funcionário da Secretaria da Camara dos Deputados. In: LIVRO do Centenário da Câmara dos Deputados: 1826–1926. Brasília: Câmara dos Deputados/Coord. Publicações, 2003. v. 2, p. 539–547.

VILELA, Karine Gomes Falcão et al. (org.). **Obras raras e valiosas**: critérios adotados pela Biblioteca da Faculdade de Direito de Recife. Recife: Ed. Univ. da UFPE, 2012.

Anexo

Portaria 1ª, publicada no *Diário do Governo* em 4 de junho de 1823.



[Acervo da Fundação Biblioteca Nacional]

Recebido em: 12/12/2016

Aceito para publicação em: 19/01/2017

**Como citar este artigo:**

SILVESTRE, Maria Cristina Rodrigues. Riquezas bibliográficas: as origens da coleção de obras raras da Biblioteca da Câmara dos Deputados. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v.3, n.2, p. 6-68, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.cajur.com.br>>.